

PLANO PLURIANUAL 2012 - 2015



Gestão Por Resultados



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Roseana Sarney - Governadora
Washington Luiz de Oliveira - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Fábio Gondim Pereira da Costa – Secretário
Antônio José Chatack Carmelo – Subsecretário

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Márcio Bastos Medeiros – Secretário-Adjunto de Planejamento e Orçamento
Nilo Sérgio de Carvalho Pereira – Gestor do Sistema de Planejamento e Orçamento
Carlos Januário Vargas de Sousa e de Oliveira – Superintendente de Normas
Maria da Graça Gomes Ximenes Aragão – Superintendente de Programas
Paulo Eduardo Pacheco Cardoso Ronchi – Superintendente de Assuntos Fiscais

EQUIPE TÉCNICA

Ana Lúcia Muniz Costa	Gilson Viana Nogueira	Maria Santana Carvalho Silva
Ana Sousa Caldas	Henrique Santos Lopes de Aguiar	Paulo da Costa Carioca
Arlete Silva Serra	Hilzi Cristina O. F. Ferreira	Paulo Raphael da Cunha Silva
Auricélia Cruz Sá	Jacksson dos Santos Pereira	Pedro Lucas de A. de F. Ribeiro
Bruno Moreira Brandão Feitosa	José Nunes Santos	Raimunda Ramos Fernandes
Cleonice Serra Fróes	Joseli Martins	Regina Celes M. P. Dutra
Cristiane Assunção Martins Oliveira	Luís Alberto Pereira	Rodrigo Silva Buzar
Daniela Duailibe Barros Rêgo	Luiz Teixeira de Lemos Filho	Rosinete Maria P. de Mendonça
Domingos José Carneiro Neto	Marcelo A Duailibe Barros	Tânia Maria Macatrão Costa
Emanuelly Maria Martins Sousa	Maria de Fátima Cruz Silva	Thelma Maria Gonçalves Sales
Florise Pereira Reis	Maria de Lourdes E. de Araújo	Valdeci Ferreira Novais
Francisco José L. Fontenele	Maria José Mendes da Silva	Vera Lúcia Diniz
	Maria Rogéria dos Santos	

EDITORAÇÃO

Maria da Conceição Lima Silva

COLABORAÇÃO

Anália Maria Carvalho de Medeiros
Ana Zita Silvestre
Anílio Mendes Cunha
Leonardo de Brito Aquino
Carlos Eduardo Lacerda Veiga
Sara Inês Silva Serejo

Maranhão. Secretaria de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão.

Secretaria Adjunta de Planejamento e
Orçamento

Projeto de Lei do Plano Plurianual 2012-2015
do Governo do Estado do Maranhão – São Luis
2011.

288p.

1. Planejamento Governamental – Maranhão.
Projeto de Lei do Plano Plurianual 2012-2015.

GOVERNO DO ESTADO

Roseana Sarney

Governadora do Estado do Maranhão

Joaquim Washington Luiz de Oliveira

Vice-Governador do Estado do Maranhão

Luís Fernando Moura da Silva

Secretário-Chefe da Casa Civil

Helena Maria Cavalcanti Haickel

Procuradora-Geral do Estado

Silvia Maria Frazão de Souza

Corregedora-Geral do Estado

Maria Helena de Oliveira Costa

Auditores-Gerais do Estado

Fábio Gondim Pereira da Costa

Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Cláudio Donisete Azevedo

Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca

Aluísio Guimarães Mendes Filho

Secretário de Estado da Segurança Pública

Ricardo Jorge Murad

Secretário de Estado da Saúde

Luíza de Fátima Amorim Oliveira

Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania

Luiz Henrique de Nazaré Bulcão

Secretário de Estado da Cultura

Jurandir Ferro do Lago Filho

Secretário de Estado do Turismo

Cláudio José Trinchão Santos
Secretário de Estado da Fazenda

Sérgio Antônio Mesquita Macedo
Secretário de Estado da Comunicação Social

José Maurício de Macedo Santos
Secretário de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Catharina Nunes Bacelar
Secretária de Estado da Mulher

João Bernardo Azevedo Bringel
Secretário de Estado da Educação

Francisco de Assis Castro Gomes
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social

Olga Maria Lenza Simão
Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Marco Antonio Toccolini
Secretário de Estado de Representação Institucional no Distrito Federal

Carlos Victor Guterres Mendes
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

José Max Pereira Barros
Secretário de Estado da Infraestrutura

José Antonio Barros Heluy
Secretário de Estado do Trabalho e da Economia Solidária

Joaquim Elias Nagib Pinto Haickel
Secretário de Estado do Esporte e Lazer

Pedro Fernandes Ribeiro
Secretário de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano

Conceição de Maria Carvalho de Andrade
Secretária de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Hildo Augusto da Rocha Neto
Secretário de Estado da Coordenação Política e Articulação com os Municípios

Sérgio Victor Tamer

Secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária

João Alberto de Souza

Secretário de Estado Chefe da Assessoria de Programas Especiais

Cel. QOPM José de Ribamar Vieira

Secretário de Estado Chefe do Gabinete Militar

Ernane César Sarney Costa

Secretário de Estado Chefe do Gabinete do Governador

Claudett de Jesus Ribeiro

Secretária de Estado Extraordinário de Igualdade Racial

Luís Ricardo Sousa Guterres

Secretário de Estado Extraordinário de Minas e Energia

Israel Nogueira Ferreira

Secretário de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos

José Ribamar Rodrigues Filho

Secretário de Estado Extraordinário de Articulação Institucional

SUMÁRIO

MENSAGEM	7
PROJETO DE LEI	10
ANEXO I - ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO	16
INTRODUÇÃO	17
1 - SITUAÇÕES-PROBLEMA X ASPIRAÇÕES DO GOVERNO	20
2 - MODELO DE PLANEJAMENTO	21
2.1 - O Planejamento Institucional do Governo do Maranhão	21
2.2 - Síntese do Processo de elaboração do PPA 2012-2015	26
3 - CENÁRIO MACROECONÔMICO	29
3.1 - Situação Social do Maranhão	29
3.2 - Panorama da Economia Maranhense 2008-2011	43
3.3 - As Finanças Públicas do Maranhão	55
3.4 - Projeção do Cenário para 2012-2015	59
4 - DIRETRIZES	65
5 - INDICADORES	83
ANEXO II - PROGRAMAS DE GOVERNO	115
ANEXO III - PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL DO MARANHÃO - PDE	285
APÊNDICE - RELAÇÃO DE COLABORADORES	288



ESTADO DO MARANHÃO

MENSAGEM Nº ____/ 2011

São Luís, 29 de setembro 2011.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Constituição do Estado do Maranhão, tenho a honra de submeter à elevada consideração desse egrégio Parlamento o anexo projeto de lei que institui o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015.

O PPA 2012-2015 que apresento à Assembleia Legislativa e à sociedade maranhense responde ao desafio de combater a pobreza e promover a competitividade e modernização tecnológica a fim de dotar nosso Estado de uma sociedade mais justa, progressista, solidária e igual.

A análise da conjuntura econômica maranhense no intervalo de 2004 a 2010 demonstra que o Estado atravessou dois períodos bastante distintos. No primeiro (2004-2007), os principais indicadores macroeconômicos apontavam para um horizonte próspero. Já no segundo momento (2008-2010), a economia foi abalada pela crise financeira americana, vindo a se recuperar somente a partir de 2010.

Essa recuperação não pode deixar de levar em conta todo o esforço da Administração Pública Estadual que empreendeu uma rígida gestão orçamentária a fim de manter rigorosamente em dia todos os compromissos financeiros assumidos pelo Governo do Estado do Maranhão junto a seus credores.

Com a confiança conquistada a partir da disciplina fiscal, nosso Estado passa a chamar atenção pelo volume de investimentos programados para os próximos anos. Em valores globais, estima-se que a injeção de recursos na economia maranhense atinja um montante de R\$ 100 bilhões em cinco anos.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **ANTÔNIO ARNALDO ALVES DE MELO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
Palácio Manoel Bequimão
LOCAL

Consciente de que são muitas e crescentes as expectativas da sociedade maranhense em relação à gestão dos recursos dela coletados, estabeleci como meta de minha gestão a implementação de um processo de reconstrução financeira do nosso Estado. Reafirmo, portanto, nosso compromisso de dar continuidade a este processo que se caracteriza como uma proposta político-administrativa em que os parâmetros essenciais são a ética, a competência, a eficiência e a responsabilidade na condução da coisa pública. Estou convencida da vontade dos brasileiros do Maranhão de seguirem trabalhando nessa direção e com esse propósito que ora compartilho com esse egrégio Parlamento a presente proposta.

O PPA 2012-2015 é fruto de construção coletiva, envolveu lideranças regionais e municipais de todo o Estado e promoveu a participação de representantes da sociedade, técnicos dos diversos órgãos da Administração Pública Estadual e seus dirigentes em um espaço plural e democrático, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Não encerra, portanto, um estudo técnico com o condão de dar orientações ao governo, mas a própria expressão da vontade e determinação de nossa sociedade e administração em relação à construção imediata do futuro do Maranhão.

A partir das demandas colhidas nos onze Seminários Regionais de Lideranças que realizamos em todo o Estado, os órgãos executores de políticas públicas elaboraram seus planos de trabalho e estes se encontram consolidados na proposta de PPA 2012-2015 anexa a essa mensagem.

Para por em prática as ações contidas no plano, executar suas metas e alcançar os objetivos ali expressos, determinei a implantação de modelo de gestão que oriente a atuação do Estado para os resultados pretendidos, associando a política de ajustamento estrutural das finanças públicas com a expansão e melhoria da produção de bens e serviços públicos. Gestão por resultados será o tom que regerá as relações entre as estruturas administrativas de meu Governo a fim de produzir mais e melhores resultados, ampliar o engajamento da sociedade, a capacidade de inovação e a sustentabilidade das ações executadas.

Entendo que muito esforço e determinação precisam ser empreendidos no adequado provimento do ambiente institucional, na implantação de infraestrutura econômica e social e na criação de condições capazes de gerar empregos, renda e trabalho para os maranhenses. O fortalecimento do planejamento estratégico comprometido e participativo, a precisa identificação e foco no tratamento dos problemas, atendimento das demandas e aproveitamento das oportunidades, aliado a uma política consistente de combate à pobreza, transformarão o Maranhão num estado

altamente competitivo e socialmente mais justo. Nesse alicerce foi fundamentada nossa proposição de Plano Plurianual 2012-2015.

Com estas considerações e a convicção de que o presente projeto terá a boa acolhida e a aprovação dessa digna Casa Legislativa, reitero a todos os seus ilustres membros os meus elevados protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Roseana Sarney
Governadora do Estado do Maranhão

PROJETO DE LEI N. _____ DE ____ DE _____ DE 2011

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2012-2015 em cumprimento ao disposto no art. 136 da Constituição Estadual, estabelecendo para o período, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – diretrizes, as proposições e orientações norteadoras da ação de governo;

II – objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III – metas, as especificações e as quantificações físicas dos objetivos estabelecidos;

IV – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual e classificado como:

a) finalístico, do qual resultam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade;

b) de serviços ao estado, do qual resultam bens ou serviços ofertados diretamente ao Estado;

c) de gestão de política pública, destinado ao planejamento e à formulação de políticas setoriais, à coordenação, à avaliação e ao controle dos demais programas sob a responsabilidade de determinado órgão;

d) de apoio administrativo, contemplando despesas de natureza tipicamente administrativa, as quais, embora contribuam para a consecução dos objetivos dos outros programas, neles não foram passíveis de apropriação;

V – indicador, medida, geralmente quantitativa, usada para ilustrar e comunicar um conjunto de fenômenos complexos de forma simples, com razoável grau de certeza, incluindo tendências e progressos ao longo do tempo;

VI – ação, menor nível de categoria de programação, corresponde a um instrumento necessário para alcançar o objetivo de um programa, podendo ser não-orçamentária ou orçamentária, está classificada, conforme a sua natureza, em:

a) atividade, quando envolver um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulte um produto necessário à manutenção da ação de governo;

b) projeto, quando envolver um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulte um produto que concorra para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

c) operação especial, quando envolver despesas que não contribuam para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulte um produto, e não gere contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 2º As diretrizes, objetivos e metas a que se refere este artigo são especificados nos Anexos desta Lei, observada a seguinte estruturação:

I – Anexo I – Orientação Estratégica de Governo, apresenta o cenário macroeconômico para o período do Plano Plurianual, as diretrizes a serem seguidas pelo governo e os indicadores socioeconômicos que servirão para mensuração dos programas;

II – Anexo II – Programas de Governo, contempla os programas, com respectivos objetivos, e suas ações, com produtos e metas físicas definidas conforme a estimativa de receita para o período do Plano Plurianual;

III – Anexo III – Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão.

Art. 2º Os programas, no âmbito da Administração Pública Estadual, como instrumento das ações de governo, ficam restritos àqueles integrantes do Plano Plurianual instituído por esta Lei.

Parágrafo único. Não integram o Plano Plurianual os programas destinados exclusivamente a operações especiais, tendo seus custos, com fins de planejamento, abatidos da previsão de recursos decorrente do cenário fiscal para o período.

Art. 3º Os programas a que se refere o art. 1º são as unidades básicas de planejamento e gestão das ações governamentais e constituem o elemento de integração entre o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, de cada exercício do quadriênio abrangido pelo Plano Plurianual.

§ 1º As codificações de programas e ações deste Plano Plurianual serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais e nas leis de revisão do Plano Plurianual, prevalecendo até a extinção dos programas e ações a que se vinculam.

CAPÍTULO II **DA GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Seção I **Aspectos Gerais**

Art. 4º Os valores financeiros, metas físicas e períodos de execução estabelecidos para as ações constantes do Plano Plurianual são referenciais, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais e em seus créditos adicionais.

Art. 5º A gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão de programas.

Art. 6º O Poder Executivo manterá sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano Plurianual.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo estabelecer normas complementares para a gestão do Plano Plurianual.

Seção II **Do Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE**

Art. 8º Fica instituído, no âmbito do período de vigência do Plano Plurianual 2012-2015, o Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE.

Parágrafo único. As ações que possuírem dotação orçamentária incluída no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão integram prioridades da Administração Pública Estadual.

Art. 9º As leis de diretrizes orçamentárias definirão, para as dotações orçamentárias incluídas no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão:

- I – a forma de identificação, respeitado o disposto nesta Lei;
- II – os critérios e forma de limitação de empenho.

Seção III **Do Monitoramento e Avaliação**

Art. 10. O Poder Executivo instituirá o Sistema de Gestão por Resultados do Plano Plurianual 2012-2015, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento,

Orçamento e Gestão, competindo-lhe definir diretrizes e orientações técnicas para o monitoramento e avaliação do Plano Plurianual.

Art. 11. Os Órgãos do Poder Executivo responsáveis por programas e ações, deverão manter atualizadas, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, as informações referentes à gestão dos programas e ações sob sua responsabilidade, incluindo a execução física e financeira das ações.

§ 1º Para efeito de subsídio aos processos de tomada e prestação de contas, os registros no sistema de informações gerenciais e de planejamento serão encerrados até 15 de fevereiro do exercício subsequente ao da execução;

§ 2º Aplica-se aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público do Estado e à Defensoria Pública do Estado, responsáveis por programas e ações, o disposto neste artigo.

Art. 12. Os programas do Plano serão avaliados anualmente.

Parágrafo único. O Poder Executivo enviará a Assembléia Legislativa do Estado até o dia 31 de março de cada exercício, relatório de avaliação do Plano Plurianual referente à execução do exercício anterior.

Seção IV Das Revisões do Plano Plurianual

Art. 13. A exclusão ou a alteração de programas constantes do Plano Plurianual instituído por esta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei específico de revisão da Lei do Plano Plurianual.

§ 1º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I - inclusão de programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar, sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto ou da oportunidade que se queira aproveitar;

b) indicação da origem dos recursos que financiarão o programa proposto;

II - alteração ou exclusão de programa, a exposição das razões que motivam a proposta.

§ 2º Considera-se alteração de programa:

I - modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do programa;

II - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III - alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 3º As alterações previstas no inciso III do § 2º poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, desde que mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação.

§ 4º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano Plurianual.

Art. 14. O Poder Executivo fica autorizado a:

I - alterar o órgão responsável por programas e ações;

II - alterar os indicadores do Plano Plurianual e seus respectivos índices;

III - incluir, excluir ou alterar ações e respectivas metas, no caso de ações não-orçamentárias;

IV - adequar a meta física de ação orçamentária para compatibilizá-la com alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais, por leis que alterem o Plano Plurianual ou em razão de revisão dos referenciais que a definiram;

V – incluir ou excluir dotações orçamentárias no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão, alterando sua identificação.

Seção IV Da Participação Social

Art. 15. O Poder Executivo e o Poder Legislativo promoverão a participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e avaliação das ações constantes do Plano Plurianual.

Parágrafo único. As audiências públicas regionais ou temáticas, realizadas durante a apreciação da proposta orçamentária, com a participação dos órgãos governamentais, estimularão a participação da sociedade.

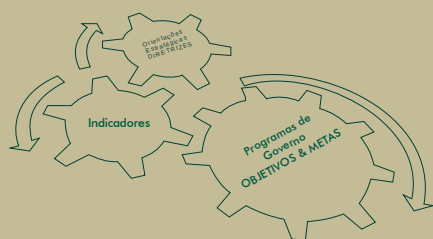
CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. Ficam dispensadas de discriminação no Plano Plurianual as ações orçamentárias cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, _____ DE 2011, 190º DA INDEPENDÊNCIA E 123º DA REPÚBLICA.



ANEXO I

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO

INTRODUÇÃO

O Governo do Maranhão, com a formulação e implementação do Plano Plurianual 2012-2015 e do Orçamento Anual de 2012, oferece à população instrumentos viabilizadores de uma nova forma de fazer a gestão pública. Ao tempo em que permanecem observados os preceitos constitucionais que determinam a estrutura do PPA organizado de forma regionalizada, segundo diretrizes, objetivos e metas, introduz-se um conjunto de conceitos e práticas, que objetivam viabilizar a gestão voltada para resultados, ou seja, o desempenho efetivo do governo.

O PPA 2012-2015 e o Orçamento Anual de 2012 marcam a transformação do nosso Estado pelo próprio processo orçamentário. O ponto central da mudança tem como pré-condição, a superação das atuais práticas de execução orçamentária, orientadas para o controle dos gastos, passando a direcioná-las para a produção do serviço público, isto é, o sistemático alcance de resultados e metas governamentais, amparados por um processo contínuo de integração entre orçamento e plano.

O propósito desta transformação é a redução da prática habitual do orçamento incrementalista, consistente na tomada de decisões fundamentadas em ajustes marginais ancorados nas dotações dos exercícios anteriores, atacando os problemas de forma repetitiva.

O processo de construção do novo Plano se deu sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAN, de forma articulada com os demais poderes e órgãos setoriais, a partir de procedimentos fundamentados em informações formais do desempenho da ação pública.

Além disso, incorporou um processo de participação social que possibilitou a auscultação da opinião pública por meio de um conjunto de Seminários Regionais de Lideranças que contou com a participação de lideranças políticas e sociais de quase a totalidade dos 217 municípios maranhenses.

Significa dizer que a tomada de decisão para alocação dos recursos se deu com base em referenciais de indicadores de resultados, relacionados com os objetivos atuais e futuros, visando fortalecer os elos entre os recursos aplicados e os resultados ou produtos gerados.

Como instrumentos adicionais, viabilizadores da gestão por resultados, a SEPLAN instituiu normas de planejamento orçamentário que visam reduzir a centralização dos procedimentos e o controle excessivo na gestão orçamentária. Nessa perspectiva, o programa continua sendo a figura central da ação governamental e principal elo de

integração entre plano e orçamento, e a gestão do gasto a figura central que dá qualidade e coerência aos processos de monitoramento, avaliação e de revisão do PPA.

Convencido de que a gestão por resultados constitui, atualmente, a melhor opção para organizar e racionalizar o planejamento orçamentário, o Governo do Estado vem tomando medidas adicionais com objetivo de criar as condições para sua implantação, valendo destacar as seguintes:

- » Criação e implantação de instrumental eficiente de mensuração e de arquivamento de informações físicas e financeiras, a exemplo do SIGA/MA. A idéia é dotar a administração estadual de suficientes informações gerenciais, quantitativas e qualitativas que possibilitem, aos gestores, a obtenção e consolidação de informações sobre resultados e desempenhos físicos da programação sob sua responsabilidade, auxiliando-os em seu processo decisório;
- » Estruturação do setor de planejamento e orçamento da SEPLAN, para empreender um processo eficiente de coordenação junto aos demais órgãos e entidades da administração estadual;
- » Criação de um Painel de Indicadores de Desempenho com objetivo de monitorar as mudanças, identificar problemas e exercer ações corretivas. A idéia de pautar a ação governamental num conjunto de indicadores de desempenho visa melhorar a comunicação dentro do governo, amparada num sistema efetivo e transparente de avaliação das ações empreendidas;
- » A disciplina fiscal, cujas principais orientações se materializam na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012. Destacam-se, nesse contexto, as normas referentes às despesas com pessoal, organizadas e explicitados no Projeto de Lei Orçamentária Anual, de modo a não haver, no futuro, surpresas quanto à capacidade qualitativa e quantitativa de expansão dos gastos nesse grupo de despesa. Destacam-se ainda, como novas ferramentas metodológicas implantadas na LOA 2012, o controle sistemático do resultado primário e o identificador de uso do gasto público, que possibilitarão, em tempo real, a avaliação do cumprimento da meta de resultado fiscal e a precisa identificação da aplicação dos recursos públicos do Estado na complementação de iniciativas que contem com recursos de outros entes financiadores do desenvolvimento do Maranhão, em especial o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;
- » Criação de uma gestão colegiada e participativa, visando o monitoramento e a avaliação do PPA 2012-2015, onde se consideram as especificidades dos setores e de seus programas. As estratégias de avaliação e monitoramento, que constituem obstáculos ainda não superados na administração estadual, serão peças centrais da gestão do plano. A idéia é, a partir da pactuação de

resultados, praticar o gerenciamento, monitoramento e avaliação para fortalecer o planejamento e a aprendizagem nos diversos setores governamentais, mediante a geração de informações de qualidade sobre os resultados alcançados e restrições enfrentadas no decorrer da implementação dos programas.

Para conduzir essa transformação dentro de orientações sólidas e comuns a todos os segmentos do governo, partiu-se de uma visão estratégica para o Estado em futuro não tão distante, mas suficientemente descolado da realidade atual, para denotar a mudança pretendida. Em seguida, foram detalhadas as diretrizes norteadoras da ação do governo em busca da viabilização dessa visão.

Visão Estratégica

O Maranhão será reconhecido como um Estado onde a competitividade e a modernização tecnológica possibilitaram, aos maranhenses e a todos que no Estado vivem, a superação dos desafios impostos pelo combate à pobreza e a globalização, convertendo-se em uma sociedade mais justa, progressista, solidária e igual.

A visão estratégica pode ser sintetizada na mudança da realidade, em 2015, ao final do PPA, a partir de um conjunto de indicadores, que constituem o PAINEL DE INDICADORES DO PPA 2012-2015.

O Painel de Indicadores, elaborado numa parceria entre a SEPLAN e o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, tem por finalidade apresentar ao Governo e à sociedade a situação social, econômica, institucional e ambiental em que se encontram as 32 Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão comparadas uma às outras e a outros estados e países.

O Plano Plurianual objetiva representar um elenco de propostas consistentes e articuladas que possibilitarão ao Governo a condução de políticas de desenvolvimento econômico e social capazes de tornar o Maranhão mais competitivo, tecnologicamente moderno e apto a dar respostas aos desafios que lhe impõem o combate à pobreza e o mundo globalizado.

1 – SITUAÇÕES-PROBLEMA x ASPIRAÇÕES DO GOVERNO

Em complemento às propostas de aferição da ação governamental, estabelecidas pelo Painel de Indicadores, apresentam-se a seguir, um conjunto de situações-problema que permeiam a administração estadual e, de forma comparativa, as aspirações de governo para solucioná-las no período do Plano.

Situação-problema	Aspiração do governo
▶ Modelo de planejamento voltado para a visão fragmentada da organização administrativa > enfraquecimento da função planejamento	▶ Modelo de planejamento voltado para a superação de problemas e atendimento de demandas sociais > necessidade de fortalecer a função planejamento
▶ Execução orçamentária burocrática e com ênfase no controle	▶ Gestão orçamentária focada em resultados e com ênfase no equilíbrio do gasto
▶ Anualidade orçamentária entendida como anualidade da ação pública	▶ Reconhecimento que os resultados da ação pública ocorrem no médio prazo
▶ Baixa capacidade de investimento do Governo Estadual	▶ Maior capacidade de investimento do Governo Estadual
▶ Indefinição de um portfólio de investimentos prioritários	▶ Definição e execução de um portfólio de investimentos (PDE)
▶ Baixa articulação federativa	▶ Ampliação da articulação federativa
▶ Baixa complementaridade dos investimentos públicos	▶ Possibilidade de complementaridade dos investimentos públicos
▶ Monitoramento das ações de governo difuso e centrado na visão orçamentário-financeira	▶ Monitoramento focado nas iniciativas de maior impacto para os objetivos de governo e centrado no resultado regionalizado
▶ Baixo referenciamento do planejamento estadual nas realidades regionais	▶ Mapeamento das fragilidades de cada território e auscultação das demandas regionais
▶ Baixo grau de regionalização das ações planejadas e desconhecimento da alocação final do gasto público e de seu impacto no território	▶ Identificação da alocação final do gasto no território e seu impacto > indicadores regionalizados

2 - MODELO DE PLANEJAMENTO

O modelo de planejamento adotado pelo Governo do Estado do Maranhão, baseado na gestão por resultados, reflete a evolução do trabalho desenvolvido pelos governos federal e estadual, iniciado em 1999, originando um referencial para o PPA que, embora não normativo, tem um eixo metodológico padrão adotado pela maioria dos entes federativos, inclusive pelos municípios.

Para a elaboração e gestão do PPA 2012-2015 a SEPLAN, está introduzindo inovações metodológicas ao processo visando à efetiva implantação da gestão por resultados no âmbito do Governo do Estado do Maranhão.

O foco do processo de planejamento é estabelecer metas transformadoras da realidade social e econômica maranhense, que servirão de referência para a condução das ações do Governo do Estado nos próximos quatro anos.

A essência do processo de planejamento governamental reside na capacidade do Poder Público captar as demandas da sociedade e mobilizar suas estruturas em prol da melhor aplicação dos recursos arrecadados do contribuinte.

Nesse contexto, ancoram-se o ciclo de Seminários Regionais de Lideranças, promovido pela Secretaria de Estado de Assuntos Políticos, voltados a captar as demandas apresentadas por Prefeitos, Vereadores e lideranças regionais e o processo de sensibilização e capacitação dos dirigentes e técnicos dos mais variados órgãos que compõem o Governo do Estado do Maranhão para elaboração da programação do Plano Plurianual e dos Orçamentos do Estado.

Assim, a SEPLAN coordenou a elaboração de um plano e orçamento que respeitam a vontade popular, porque discute previamente com quem melhor compreende as prioridades e necessidades sociais mais evidentes, e valoriza os servidores públicos, porque lhes dá as condições técnicas e a responsabilidade de desenhar o conjunto de programas e ações que irão conduzir nos próximos anos.

2.1 - O Planejamento Institucional do Governo do Maranhão

Contexto do Planejamento pós Constituição de 1988

Sob o amparo da Constituição de 1988 iniciou-se no Estado do Maranhão um novo ciclo para as atividades de planejamento e orçamento. O esboço de um processo integrado de alocação de recursos, configurados na Constituição, pelos instrumentos de planejamento: Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA abriu as portas para readequações nos sistemas vigentes.

Desde a publicação da Carta Magna as mudanças ocorridas no planejamento local aconteceram ora por comandos emitidos pelo Governo Federal, ora por iniciativas do próprio Governo do Maranhão.

Além do advento constitucional, um marco importante para o resgate do processo de planejamento e desenvolvimento da integração do plano com o orçamento foi a estabilidade monetária conquistada a partir da implantação do Plano Real.

Das iniciativas do Governo Federal, com vistas a adequar o planejamento aos dispositivos constitucionais, destacam-se, neste texto, aquelas que tiveram efeitos multiplicativos nos Estados. O Decreto nº 2829/98 constitui um desses marcos de mudança. Ele estabelece normas para elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos anuais, e trouxe inovações que alteraram significativamente os processos de planejamento, orçamento e gestão.

O Art. 1º deste decreto estabelece que: *“Para elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos toda ação finalística do Governo deverá ser estruturada em Programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano. Os Programas serão estabelecidos em atos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, respeitados os conceitos definidos no âmbito federal, em portaria do Ministério do Planejamento e Orçamento”*.

Outro marco da mudança é a Portaria nº 42 do então Ministério do Orçamento e Gestão que atualizou a discriminação da despesa por funções e estabeleceu os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais. Essa portaria alterou substancialmente a classificação funcional-programática que vigorou no país por mais de 20 anos.

As iniciativas do governo estadual, quase sempre, têm um caráter de institucionalidade e são decorrentes de um processo de reorganização administrativa implantado por um governo recém empossado. Um corte histórico do processo de planejamento estadual, no período que vai de 1993 a 2011, apresenta como principais fatores de mudança, para o planejamento, os seguintes:

A edição da Lei de Diretrizes e Bases da Administração Estadual - LDBA, de Nº 5.643/93, considerada um marco ao estabelecer os seguintes princípios básicos da gestão: o planejamento, a coordenação, o controle e a supervisão. Esta Lei introduziu, também, o conceito de administração por Sistemas, criou o Sistema Estadual de Planejamento, Execução e Controle dos Orçamentos, além de introduzir na administração estadual o conceito de Secretarias Sistêmicas.

Essa lei define as Secretarias Sistêmicas como estratégicas, em face de sua abrangência, natureza formuladora e normatizadora dos instrumentos de desempenho do setor público. Com a LDBA o governo pretendeu corrigir os sistemas administrativos

anteriores, concebidos essencialmente numa dimensão setorial, os quais foram substituídos por sistemas com dimensão gerencial, com capacidade de explorar a capilaridade e os braços sistêmicos das secretarias instrumentais.

Outro marco do planejamento estadual foi a Reorganização Administrativa do Estado, efetivada pela Lei 6.272, de 06/02/95, que agregou ao planejamento um novo instrumento gerencial, as ASPLAN cujo papel era de promover uma nova forma de relacionar o planejamento e o orçamento. Em todas as estruturas de organização da administração estadual, foram criadas as Assessorias de Planejamento e Ações Estratégicas – ASPLAN com finalidade de proporcionar apoio técnico ao dirigente máximo e desenvolver o planejamento em nível organizacional.

A partir deste momento construiu-se na administração estadual o Sistema Integrado de Planejamento composto de quatro níveis, a saber:

- » SEPLAN como líder do sistema – planeja e controla a alocação de recursos e avalia resultados;
- » ASPLAN braço sistêmico setorial nos órgãos e entidades – articula Secretarias Setoriais, Regionais, Entidades Vinculadas com a SEPLAN;
- » Secretarias Setoriais – órgãos de formulação e avaliação de políticas com base nas diretrizes de governo;
- » Unidades Regionais - órgãos situados nos municípios executores das políticas públicas.

Um terceiro marco do planejamento institucional se construiu, no Maranhão, no período governamental que vai de 1999 a 2002. De um lado pela influência das transformações ocorridas no âmbito federal, quando se revitalizou as funções do planejamento e orçamento pela implementação do Decreto nº 2829 e da Portaria nº 42, quando se consolidou o modelo gerencial que deu ao planejamento uma conotação estratégica centrada em problemas. Além disso, o programa foi instituído como unidade de gestão para integrar as duas funções.

Em nosso Estado, a Reforma de 1998, proposta para vigorar no governo que vai de 1999-2002, é denominada de Reforma Gerencial. Nela são criadas em nível de órgão de 1º escalão, dezoito Gerências de Desenvolvimento Regional e dezoito Conselhos de Desenvolvimento Regional, com objetivo de descentralizar a administração pública e criar, nas estruturas, mais um nível com papel de execução de políticas públicas junto aos beneficiários da ação governamental. Neste período a SEPLAN é transformada em Gerência de Desenvolvimento Econômico, passando a incorporar as funções dos setores de Agricultura, Ciência e Tecnologia, Indústria, Comércio e Turismo.

Os efeitos dessas mudanças podem ser avaliados sob vários ângulos. Do ponto de vista da integração do planejamento com o orçamento, deu prioridade à execução

orçamentária em detrimento ao planejamento de médio prazo, no caso o PPA. Do ponto de vista da gestão a concentração de setores básicos da economia estadual na estrutura da SEPLAN colocou sob um único comando setores de natureza expansiva como agricultura, indústria e comércio, e setores de natureza restritiva, como o planejamento e orçamento.

Do ponto de vista do planejamento de longo prazo, houve avanços, a GEPLAN realizou alguns estudos de natureza estratégica tais como: Identificação de Oportunidades de Investimentos no Estado do Maranhão, com a Empresa Kingley Rosenberg; o Zoneamento Ecológico-Econômico com a Embrapa Monitoramento e o Diagnóstico Sócio-Econômico do Estado realizado pelo IPEA, além de outros.

O período governamental que vai de 2003-2006, se configura, para o planejamento estadual, como um momento em que foram formulados o 1º Plano de Governo participativo, pós Constituição de 1988 e o Plano Plurianual 2004-2007, elaborado com a participação das representações das dezoito regiões administrativas do Estado. O PPA foi formulado com base na mesma metodologia adotada no âmbito federal e na maioria dos estados da federação.

Neste período foi recriado o Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Coordenação objetivando reorganizar o planejamento na estrutura de governo e o Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação, disponibilizado em rede, permitindo a formulação do Plano Plurianual, e seu acompanhamento e avaliação.

Na gestão do biênio 2007-2008, o processo de planejamento foi marcado pela descentralização da formulação de políticas de maneira negociada com a sociedade pelas regiões de planejamento do Estado. Nesse período foram realizadas um conjunto de reuniões estruturadas e seminários para definir prioridades, ações e metas de modo a prover o Governo do Estado de um conjunto de informações capazes de expressar os anseios da sociedade de forma participativa.

Já no período mais recente, compreendido pelos anos de 2009 a 2011, a tônica foi o resgate da disciplina fiscal, de modo a possibilitar ao Estado recuperar sua capacidade de planejamento e programação de suas ações, conciliando as necessidades sociais com a disponibilidade de recursos.

Como se pode constatar ao longo desse período, o Estado, como um mundo em transformação, sofreu diversas influências das mais variadas naturezas e a função planejamento foi se moldando para refletir e responder ao modelo de gestão vigente e para se consolidar como instrumento de gestão pública.

Integração entre os instrumentos de planejamento

Estudo realizado, nos estados da federação pelo Governo Federal, quando da elaboração do PPA 2004 - 2007, apresentou como ponto de estrangulamento no processo de elaboração e gestão do PPA a falta de integração entre o planejamento e o orçamento.

Embora a lógica da gestão pública e a Constituição estabeleçam uma hierarquia do PPA sobre os demais instrumentos de planejamento (LDO e LOA), ainda persiste a cultura do curto prazo na implementação das ações governamentais.

O governo atual, ao unificar as áreas de planejamento e orçamento em uma única estrutura no âmbito da SEPLAN, tem como propósito dar novo sentido ao processo de execução orçamentária, predominante no Estado, como instrumento de planejamento. Uma das medidas é promover a integração e a articulação das duas funções, a partir da realização em conjunto, e envolvendo as mesmas pessoas, dos principais processos de trabalho do planejamento a se iniciar pela elaboração dos instrumentos PPA e LOA.

Outra medida a ser implementada é a instalação de um sistema integrado de monitoramento e de avaliação da gestão do plano e do orçamento, a partir da adoção de categorias comuns, especialmente em relação às metas físicas das ações do orçamento e suas classificações, e aos produtos planejados no PPA.

Equipes Técnicas de Planejamento

Constitui um grande desafio, para o governo do Estado, internalizar no âmbito da estrutura administrativa a metodologia de elaboração e gestão do Plano Plurianual 2012-2015. Primeiro por que se inicia um novo mandato governamental e com prazos definidos para construção do novo Plano. Segundo por que estamos absorvendo os efeitos de uma reorganização administrativa, que criou e extinguiu órgãos na administração estadual, e que tem desdobramentos na formação das equipes técnicas de planejamento e orçamento. Por fim, por que a gestão por resultados, que se almeja implantar, exige esmero e visão de conjunto na definição da programação a ser executada.

Um dos desafios será de criar as condições para que a metodologia existente e as alterações introduzidas possam ser ao mesmo tempo, difundidas para as novas equipes técnicas e as existentes. É fundamental para o fortalecimento do planejamento a formação e capacitação das equipes setoriais.

Fundamentos do PPA 2012-2015

Além de estabelecer as diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos, o Plano Plurianual 2012-2015 será importante instrumento de organização da ação governamental, visando melhorar o desempenho gerencial da Administração Pública e contribuir para a consecução das prioridades e dos objetivos de governo. Para tanto, o

modelo de elaboração e gestão do Plano Plurianual orienta-se pelos seguintes fundamentos:

- » A **integração de programas** implementados pelos órgãos estaduais, visando otimizar os resultados da aplicação dos recursos públicos;
- » O **planejamento com uma visão do desenvolvimento regional** servindo de ferramenta para a organização dos investimentos no território e de promoção do desenvolvimento regional equilibrado e sustentável;
- » O **monitoramento e a avaliação** dos programas e dos projetos de Governo, criando condições para a melhoria contínua e mensurável da qualidade e produtividade dos bens e serviços públicos;
- » O **estabelecimento de parcerias** com o Governo Federal, os municípios e com a iniciativa privada, visando superar a escassez de financiamento para ampliação dos investimentos em infraestrutura;
- » A **gestão estratégica** dos programas e dos projetos considerados indutores do desenvolvimento para assegurar o alcance dos resultados pretendidos;
- » A **transparência** na aplicação dos recursos públicos, com ampla divulgação dos gastos e dos resultados obtidos;
- » A **participação social** no ciclo de gestão do Plano Plurianual como importante instrumento de relação entre o Estado e o cidadão e de aperfeiçoamento das políticas públicas.

2.2 - Síntese do Processo de Elaboração do PPA 2012-2015

O Plano Plurianual encaminhado à Assembleia Legislativa foi elaborado em etapas interdependentes que agregaram e organizaram as informações necessárias à sua construção. O processo foi organizado em dois conjuntos de informações. O primeiro, mais geral e de cunho estratégico, formado pelas informações que dão origem à Orientação Estratégica de Governo, suas diretrizes e indicadores sociais e econômicos, e as bases para a elaboração dos programas. O segundo conjunto de informações, de natureza tático-operacional, diz respeito à própria programação em si.

A **Figura 1** apresenta, de forma resumida e sistematizada, a sequência das etapas de elaboração do Plano.

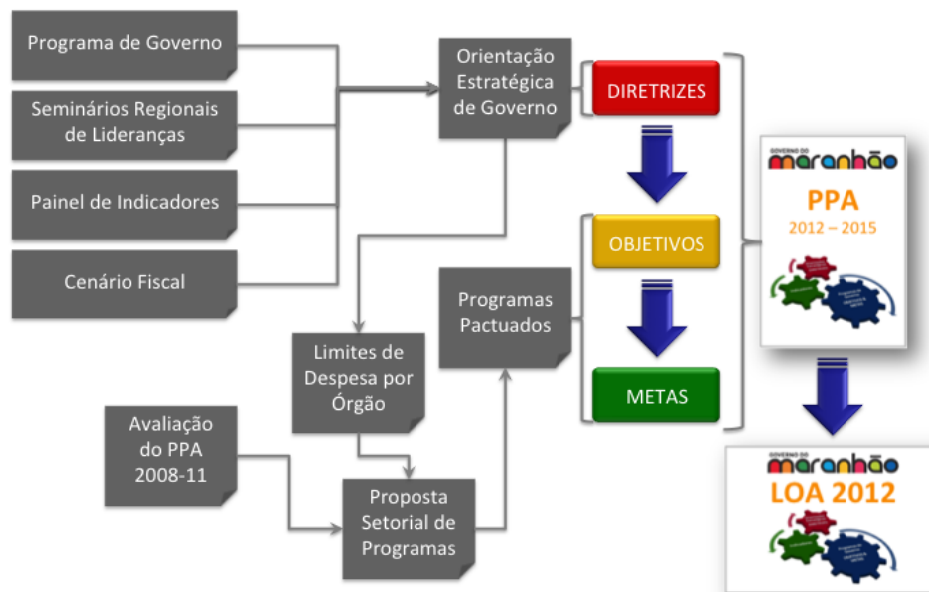


Figura 1 - Fluxograma das Etapas de Elaboração do PPA 2012-2015, do Estado do Maranhão.

A primeira etapa do processo de elaboração do PPA 2012-2015 consistiu na formulação da Orientação Estratégica de Governo, construída a partir de um conjunto de informações que embasam a definição dos rumos a serem seguidos pelo Governo do Maranhão nos próximos anos, a saber:

- » O Programa de Governo apresentado à sociedade maranhense pela Governadora Roseana Sarney visando à sua reeleição. Neste documento são apresentados o conjunto de propostas e diretrizes norteadoras da elaboração de um Plano de Governo que contemple políticas, programas, projetos e ações, visando à construção de um futuro melhor para o Maranhão.
- » Os Seminários Regionais de Lideranças com o objetivo de ouvir autoridades municipais e lideranças, discutir a realidade dos municípios e colher sugestões para subsidiar os técnicos do governo na elaboração do planejamento para os próximos quatro anos.
- » O Painel de Indicadores, elaborado em parceria da SEPLAN com o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, tem por finalidade apresentar ao Governo e à sociedade a situação social, econômica, institucional e ambiental em que se encontram as 32 Regiões de Planejamento do Estado do Maranhão comparadas uma às outras e a outros estados e países.
- » O Cenário Fiscal encerra todo o conjunto de informações relativas às finanças do Estado e a expectativa de sua evolução nos próximos quatro

anos. Serve para delimitar a capacidade econômica e financeira do Governo do Estado do Maranhão e dimensionar, sem fugir à realidade fiscal, a aplicação de recursos nas variadas áreas de atuação do Governo.

A segunda etapa consistiu na definição dos programas e ações que compõem o Plano Plurianual. Esse processo contou com um conjunto de passos sequenciais e que envolveram a participação de todos os órgãos do Governo do Estado, a saber:

- » A Avaliação do PPA 2008-2011 consistiu em uma análise crítica da programação vigente, suas restrições e teve por finalidade subsidiar o desenho da nova programação governamental.
- » A definição de Limites de Despesa por Órgão representou os tetos de gasto que cada órgão do Estado pode programar no Plano Plurianual. Para respeitar os preceitos da responsabilidade fiscal, os limites de despesa por órgão são apresentados por ano fiscal e por tipo de detalhamento da despesa.
- » Cada órgão apresentou sua Proposta Setorial de Programas contendo todos os programas e ações que o órgão pretende implementar nos exercícios de vigência do PPA, visando atender às diretrizes de governo e respeitar a disponibilidade de recursos previamente reservados àquela área de política pública.
- » A SEPLAN analisou as propostas setoriais e, de forma negociada, consolidou o conjunto de Programas Pactuados que compõem o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2012-2015 e os Orçamentos do Estado 2012.

Após a apreciação dos Projetos de Lei do PPA e da LOA pela Assembleia Legislativa, é com a sanção dos autógrafos dessas leis, pela Governadora do Estado, que terá início a gestão do Plano Plurianual 2012 – 2015. O plano só se realiza na ação, nunca antes, diria Carlos Matus. Assim, para a implantação do PPA 2012-2015, a SEPLAN pretende implementar uma metodologia de gestão orientada para resultados, com utilização de Planos Gerenciais e Acordos de Resultado para cada Programa, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos programas com vistas à potencialização de seus resultados e ao aperfeiçoamento da qualidade dos programas e do Plano.

3 - CENÁRIO MACROECONÔMICO

3.1 - Situação Social do Maranhão

Como forma de visualizar o progresso de uma determinada federação ou ente federativo, costumava-se analisar, somente, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da economia. Porém, nos últimos anos os indicadores sociais¹ ganharam relevância. Hoje, não somente os especialistas em análise do desenvolvimento citam tais índices, como também grande parte da mídia, jornalistas, políticos e a população em geral.

Nesse sentido, os agentes responsáveis pela política estão integrando o estudo dos indicadores sociais às suas análises acerca da evolução e progresso de seu povo. Dessa forma, além de considerar o PIB, ou seja, a parte quantitativa da análise econômica e social está se incluindo a quota qualitativa, que se refere justamente a indicadores tais como: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Gini, Taxa de Mortalidade Infantil e Taxa de Analfabetismo, para citar os principais.

O simples observar dos números e das estatísticas sociais, por si só, já nos dá a dimensão de como evoluiu e de como se encontra a população de uma determinada Nação, Estado ou Município ao longo do tempo. Importante salientar que o crescente aperfeiçoamento dos métodos de coleta de dados por parte das instituições responsáveis – no caso dos indicadores sociais, IBGE – contribuiu bastante para uma melhor análise dos mesmos.

No que se refere ao Maranhão, a **Tabela 1** mostra, de forma sintética, os principais e mais atualizados indicadores sociais do Estado. Nesta, nota-se, além dos indicadores mencionados anteriormente, números acerca da população maranhense em seus diversos quesitos; por sexo, cor ou raça, rural e urbana e faixa etária. No mais, exhibe dados relativos à educação, saúde e renda per capita.

¹ Os principais indicadores sociais serão exibidos com maior detalhamento na sequência.

Tabela 1 - Principais Indicadores Sociais do Maranhão

População Total (2010)	Habitantes		
	6.574.789		
Densidade Populacional (2010)	hab/km²		
	19,81		
Distribuição da População por Sexo (2010)	Homens	Mulheres	
	49,61%	50,39%	
Participação de Crianças, Jovens/Adultos e Idosos (2010)	Crianças	Jovens/Adultos	Idosos
	30,94%	60,41%	8,65%
População Urbana (%) - 2010	Homens	Mulheres	
	48,13%	51,87%	
População Rural (%) - 2010	Homens	Mulheres	
	52,14%	47,86%	
Distribuição da População por Cor ou Raça (2010)	Branca	Preta	Parda
	22,13%	9,69%	66,52%
	Amarela	Indígena	S/Declaração
	1,13%	0,54%	0,001%
População Economicamente Ativa (2009)	2.956 (Mil Pessoas)		
Taxa Bruta de Natalidade - (2008)	21,2‰		
Taxa de Mortalidade Infantil (2009)	36,5‰		
Esperança de Vida ao Nascer (2008)	68 anos		
Média de Anos de Estudo (15 anos ou +) - 2009	Branca	Preta	Parda
	6,9 anos de estudo	6,2 anos de estudo	5,9 anos de estudo
PIB Per Capita - (2007) Em R\$ 1,00	5.165		
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-2005)	0,683		
Índice de Gini do Rendimento das Pessoas Ocupadas (2008)	0,521		
Taxa de Analfabetismo de 15 anos ou mais de idade (2009)	Branca	Preta	Parda
	15,50%	20,10%	20,00%

Fonte: IBGE

Demografia

A Taxa Média de Crescimento Geométrico² da população maranhense na última década – entre 2000 e 2010 - foi de 1,52%. Corresponde, praticamente, à mesma taxa média dos demais estados da federação - 1,55% - e supera a taxa nacional - 1,17%. O maior valor expoente corresponde ao estado do Amapá, que cresceu à taxa de 3,44%. No início da década, em 2000, a população maranhense era de 5.651.475 habitantes, passando para 6.574.789 em 2010. **A tabela 2** (além dos dados referentes ao Nordeste e

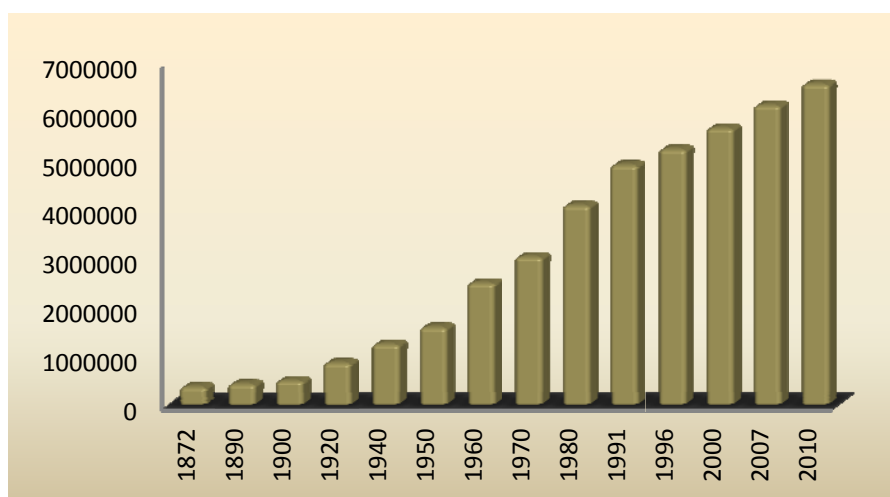
² Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População é dada pela fórmula: $\sqrt[n]{\frac{P(t+n)}{P(t)}}$, sendo P(t+n) e P(t) populações correspondentes a duas datas sucessivas. Onde i é o tempo em que a população se encontra. (Beltrão, 2004)

Brasil) e o **Gráfico 1** mostram a evolução do crescimento da população do Maranhão, enquanto que a **Tabela 3** exibe as taxas médias de crescimento anual de todos os Estados e do Brasil.

Tabela 2 - Evolução da População no Maranhão, Brasil e Nordeste			
Período	Habitantes		
	Maranhão	Brasil	Nordeste
1872	359.040	9.930.478	4.638.560
1890	430.854	14.333.915	6.002.047
1900	499.308	17.438.434	6.749.507
1920	874.337	30.635.605	11.245.921
1940	1.235.169	41.236.315	14.434.080
1950	1.583.248	51.944.397	17.973.413
1960	2.492.139	70.992.343	22.428.873
1970	3.037.135	94.508.583	28.675.110
1980	4.097.231	121.150.573	35.419.156
1991	4.929.029	146.917.459	42.470.225
1996	5.222.183	157.070.163	44.766.851
2000	5.651.475	169.799.170	47.741.711
2007	6.118.995	183.987.291	51.534.406
2010	6.574.789	190.755.799	53.081.950

Fonte: IBGE

Gráfico 1 - Evolução da População do Maranhão (de 1872 a 2010 em anos alternados)



Fonte: IBGE

Tabela 3 - Taxa Média Geométrica de Crescimento da População dos Estados e do Brasil (2000-2010)

Estado	Taxa de Crescimento
Amapá	3,44
Roraima	3,36
Acre	2,77
Distrito Federal	2,25
Amazonas	2,15
Pará	2,05
Mato Grosso	1,94
Goiás	1,84
Tocantins	1,80
Mato Grosso do Sul	1,66
Santa Catarina	1,55
Maranhão	1,52
Sergipe	1,49
Rio Grande do Norte	1,33
Ceará	1,29
Espírito Santo	1,27
Rondônia	1,24
São Paulo	1,08
Pernambuco	1,06
Rio de Janeiro	1,06
Alagoas	1,01
Piauí	0,93
Minas Gerais	0,91
Paraíba	0,90
Paraná	0,88
Bahia	0,70
Rio Grande do Sul	0,49
Brasil	1,17

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000-2010

O Maranhão cresceu consideravelmente na última década em termos de Produto Interno Bruto. A média da variação de crescimento entre os anos de 2003 a 2008 foi de 16,5%. Mesmo não sendo o principal fator de crescimento populacional, o crescimento econômico e a dinamização dos investimentos nas diversas partes de um Estado contribuem para a atração de novas pessoas para estas áreas.

Na medida em que não se observa uma atração, por exemplo, em termos econômicos, de pessoas para determinadas regiões, a tendência é que o fluxo migratório para as mesmas se reduza. Cabe ressaltar que o vetor mais natural de crescimento populacional não é o movimento migratório e sim o próprio crescimento natural da população. A maioria dos estados, incluindo o Maranhão, está acompanhando o novo

perfil evidenciado na população brasileira como um todo: queda da fecundidade e aumento da longevidade.

Um raio-X da demografia maranhense reflete uma população na sua maioria composta por mulheres. A **Tabela 4** mostra a evolução em números absolutos e em percentual da população por sexo. Em 2010, 49,61% da população era composta por homens enquanto que 50,39% por mulheres. O número acompanha a realidade do país – 48,97% de homens e 51,03% de mulheres - em 2010.

Tabela 4 - Evolução da População Residente por Sexo – Maranhão e Brasil (Em anos selecionados); Habitantes/Mil							
Esfera	Sexo	1970	1980	1991	1996	2000	2010
Maranhão	Homens	1.496	1.992	2.447	2.595	2.813	3.262
	Mulheres	1.497	2.005	2.483	2.627	2.839	3.313
%	Homens	49,98	49,84	49,63	49,70	49,77	49,61
	Mulheres	50,02	50,16	50,37	50,30	50,23	50,39
Brasil	Homens	46.327	59.143	72.485	77.443	83.576	93.407
	Mulheres	46.808	59.868	74.340	79.627	86.223	97.349
%	Homens	49,74	49,70	49,37	49,30	49,22	48,97
	Mulheres	50,26	50,30	50,63	50,70	50,78	51,03

Fonte: IBGE

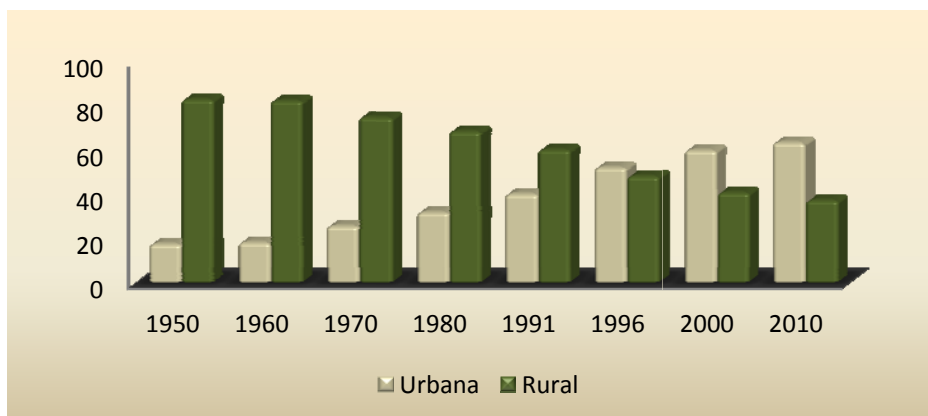
No que se refere à população por domicílio – Urbana e Rural -, somente a partir da década de 1990 a população maranhense tornou-se urbana em sua maioria. Em 1991 a população maranhense era essencialmente rural, 60%, ante 40% da urbana. Em 2010 o número se inverteu e a população urbana atingiu 63% contra 36% da rural. Os dados estão expostos na **Tabela 5**. Além dos valores referentes ao Maranhão, a tabela mostra também a realidade do país. Neste caso, em 2010, apenas 15,6% da população brasileira era rural, ante 84,4% urbana.

Tabela 5 - Evolução da População Residente do Maranhão e do Brasil – Por Domicílio (Rural e Urbana) - Em Décadas e Anos Selecionados; Habitantes/Mil									
Esfera	Domicílio	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010
Maranhã o	Urbana	274	449	772	1.296	1.972	2.711	3.364	4.147
	Rural	1.309	2.044	2.265	2.801	2.957	2.511	2.287	2.428
%	Urbana	17,3	18,0	25,4	31,6	40,0	51,9	59,5	63,1
	Rural	82,7	82,0	74,6	68,4	60,0	48,1	40,5	36,9
Brasil	Urbana	18.783	32.005	52.905	82.013	110.876	123.077	137.954	160.926
	Rural	33.162	38.988	41.604	39.137	36.042	33.993	31.845	29.830
%	Urbana	36,2	45,1	56,0	67,7	75,5	78,4	81,3	84,4
	Rural	63,8	54,9	44,0	32,3	24,5	21,6	18,8	15,6

Fonte: IBGE

Quando o enfoque é a cor ou raça da população do Estado (**Tabela 6 e Gráfico 3**), os dados de 2010 apontam uma população residente predominantemente parda, 66%; os declarados brancos são 22%, negros 9,7%, amarelos 1,1% e índios 0,5%. Chama a atenção o baixo percentual de negros já que, nas suas origens, a população maranhense “herdou” a afrodescendência dos escravos africanos que aqui fincaram suas origens quando do período onde a escravidão era a principal forma de mão de obra.

Gráfico 2 - Evolução da População Residente do Maranhão - Por Domicílio (Rural e Urbana em %) - Em Décadas e Anos Selecionados



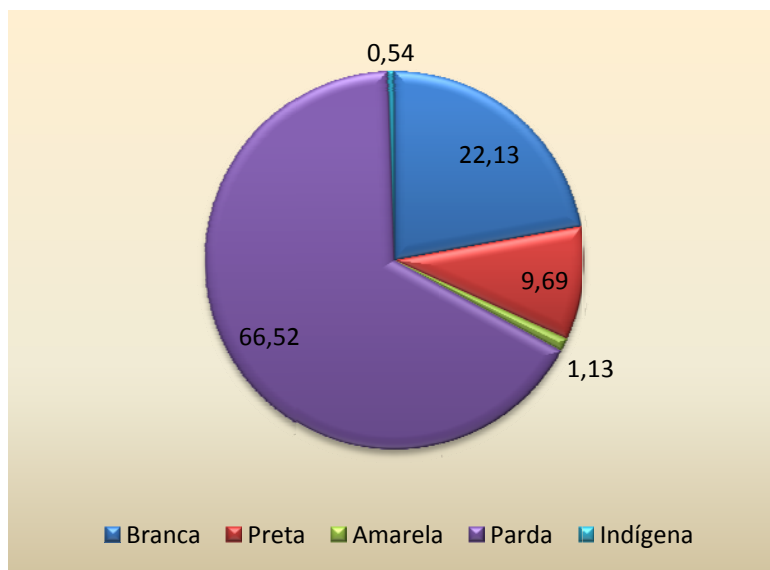
Fonte: IBGE

Tabela 6 - População Residente do Maranhão, Brasil e Nordeste - Por Cor ou Raça - Em 2010

Esfera	Cor ou Raça	População Residente (Pessoas)	População Residente (Percentual)
Maranhão	Total	6.574.789	100,0
	Branca	1.455.119	22,1
	Preta	636.808	9,7
	Amarela	74.219	1,1
	Parda	4.373.321	66,5
	Indígena	35.272	0,5
	Sem declaração	50	0,0
Brasil	Total	190.755.799	100,0
	Branca	91.051.646	47,7
	Preta	14.517.961	7,6
	Amarela	2.084.288	1,1
	Parda	82.277.333	43,1
	Indígena	817.963	0,4
	Sem declaração	6.608	0,0
Nordeste	Total	53.081.950	100,0
	Branca	15.627.710	29,4
	Preta	5.058.802	9,5
	Amarela	631.009	1,2
	Parda	31.554.475	59,4
	Indígena	208.691	0,4
	Sem declaração	1.263	0,0

Fonte: IBGE

Gráfico 3 - População Residente do Maranhão - Por Cor ou Raça - Em 2010



Fonte: IBGE

As Tabelas e Gráficos seguintes complementam a análise da demografia do Estado. Questões como a evolução do adensamento populacional maranhense, maiores municípios em termos de população (total e urbana), área e densidade demográfica³ estão expostos na sequência.

Tabela 7 – Evolução da Densidade Populacional do Maranhão, Brasil e Nordeste - Habitante/km²

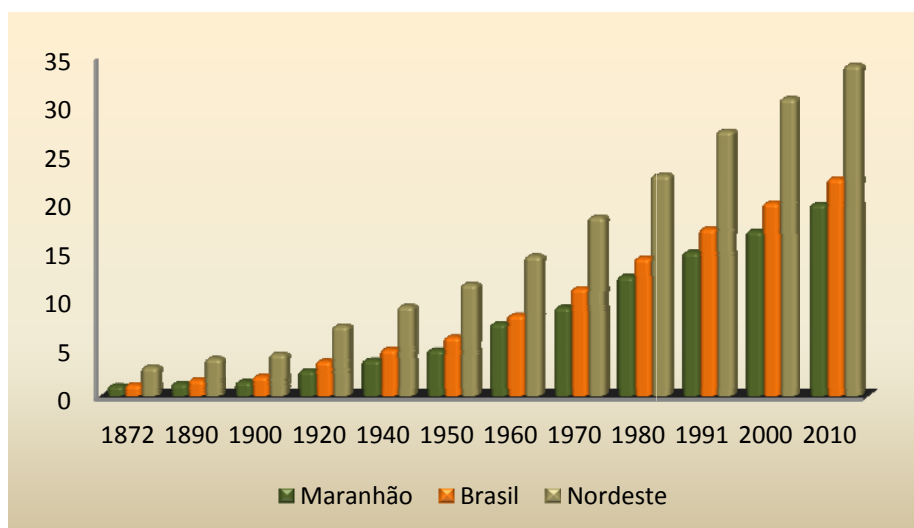
Período	Densidade		
	Maranhão	Brasil	Nordeste
1872	1,1	1,2	3,0
1890	1,3	1,7	3,9
1900	1,5	2,1	4,3
1920	2,6	3,6	7,2
1940	3,7	4,8	9,3
1950	4,8	6,1	11,6
1960	7,5	8,3	14,4
1970	9,2	11,1	18,5
1980	12,3	14,2	22,8
1991	14,9	17,3	27,3
2000	17,0	19,9	30,7
2010	19,8	22,4	34,2

Fonte: IBGE

³ Densidade demografia: Habitante/Km².

A partir de dados de 2010, notamos que a maioria da população maranhense está concentrada na capital São Luís, apresentando a maior densidade demográfica do Estado, seguida pelos outros municípios que compõem a Grande Ilha; Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa. Faz-se, também, uma comparação com a densidade demográfica do Brasil e do Nordeste.

Gráfico 4 – Evolução da Densidade Populacional do Maranhão, Brasil e Nordeste - Habitante/km²



Fonte: IBGE

Tabela 8 - Vinte Maiores Municípios Maranhenses Em População Total e Urbana (2010)

Município	População Total	Município	População Urbana
São Luís	1.014.837	São Luís	958.522
Imperatriz	247.505	Imperatriz	234.547
São José de Ribamar	163.045	Timon	135.133
Timon	155.460	Caxias	118.534
Caxias	155.129	Codó	81.045
Codó	118.038	Paço do Lumiar	78.811
Paço do Lumiar	105.121	Açailândia	78.237
Açailândia	104.047	Bacabal	77.860
Bacabal	100.014	Santa Inês	73.197
Balsas	83.528	Balsas	72.771
Barra do Corda	82.830	Chapadinha	52.882
Pinheiro	78.162	Barra do Corda	51.648
Santa Inês	77.282	Pinheiro	46.487
Santa Luzia	74.043	Coroatá	43.057
Chapadinha	73.350	Coelho Neto	38.729
Buritcupu	65.237	São José de Ribamar	37.709
Itapecuru Mirim	62.110	Grajaú	37.041
Grajaú	62.093	Buritcupu	35.789
Coroatá	61.725	Itapecuru Mirim	34.668
Barreirinhas	54.930	Pedreiras	32.937

Fonte: IBGE

O município de Balsas tem a maior área total (km²), seguido por Alto Parnaíba e Grajaú. Aqui, o destaque é marcado pela ausência da capital do Estado entre os vinte maiores municípios em área total. Porém, quando o assunto é população urbana, São Luís é a primeira, seguida de Imperatriz, Timon, Caxias e Codó. O município de São José de Ribamar é apenas a décima sexta. Em relação à população total, os cinco primeiros são na sequência: São Luís, Imperatriz, São José de Ribamar, Timon e Caxias. A capital ultrapassou em 2010 a marca de um milhão de habitantes⁴.

Tabela 9 – Vinte Maiores Municípios Maranhenses Em Área Total (km²) e Densidade Demográfica (habitantes/km²) - 2010

Município	Área Total	Município	Densidade
Balsas	13.141,7	São Luís	1.215,7
Alto Parnaíba	11.132,1	Paço do Lumiar	842,6
Grajaú	8.830,9	São José de Ribamar	419,8
Mirador	8.450,8	Raposa	409,1
Centro Novo do Maranhão	8.258,4	Santa Inês	188,5
Amarante do Maranhão	7.438,0	Imperatriz	180,8
Bom Jardim	6.590,5	Pedreiras	136,8
Carolina	6.441,6	Pindaré-Mirim	127,3
Riação	6.373,0	Timon	89,2
Açailândia	5.806,4	São Bento	88,7
Barra do Corda	5.202,7	Trizidela do Vale	85,0
Caxias	5.150,6	Miranda do Norte	71,6
Fernando Falcão	5.086,6	Olinda Nova do Maranhão	66,7
Santa Luzia	4.766,1	Alto Alegre do Maranhão	64,2
Tasso Fragoso	4.383,0	Dom Pedro	63,3
Codó	4.361,3	Bacabal	59,4
Formosa da Serra Negra	3.950,5	Presidente Dutra	58,0
Loreto	3.596,8	Rosário	57,8
Itinga do Maranhão	3.581,7	Axixá	56,2
São Raimundo das Mangabeiras	3.521,5	Matinha	53,5

Fonte: IBGE

Em termos percentuais São Luís concentra 15,4% de toda a população do Estado. Imperatriz, com os seus quase 250.000 habitantes aparece com 3,8%, seguida dos municípios de São José de Ribamar, Timon, Caxias, Codó e Paço do Lumiar com 2,5%, 2,4%, 2,4%, 1,8% e 1,6%, respectivamente. Quanto ao percentual relacionado à população total urbana do Estado, a capital representa 23,1%, seguida pelo município de Imperatriz, com 5,7% de toda a população urbana maranhense. Na sequência aparece Timon, Caxias, Codó, Paço do Lumiar e Açailândia com, respectivamente, 3,3%, 2,9%, 2,0%, 1,9% e 1,9%.

⁴ Dados referentes ao Censo de 2010.

IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dos principais indicadores sociais - qualitativo – e tem como objetivo mensurar a qualidade de vida em regiões ou países a partir de critérios mais abrangentes que o tradicional PIB *per capita*. É formado por três componentes que possuem o mesmo peso no cálculo⁵: renda, longevidade e educação.

Na tabela seguinte estão os números do IDH do Maranhão, Nordeste e Brasil. Os dados de 2005 correspondem a valores calculados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Para 2006 e 2007 utilizou-se estimativa elaborada pelo Banco Central do Brasil. No caso do Maranhão, os números da **Tabela 10** mostram evolução nos três anos considerados: 0,683 em 2005; 0,707 em 2006 e 0,724 em 2007.

Tabela 10 - Evolução do IDH do Maranhão, Nordeste e Brasil (2005-2007)			
Região	2005¹	2006²	2007²
Maranhão	0,683	0,707	0,724
Nordeste	0,720	0,733	0,749
Brasil	0,794	0,803	0,816

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Calculado pelo PNUD

² Estimativa do Banco Central

Saúde

No que tange aos indicadores de Saúde, o principal deles diz respeito à Taxa de Mortalidade Infantil⁶. A **Tabela 11** demonstra a evolução desse indicador no Estado. Em 2000, a taxa era de 43,2, passando para 30,1 em 2007. O número acompanha a evolução da região Nordeste e também do Brasil. Para o primeiro, a taxa sai de 41,6 em 2000 para 28,7 em 2007, enquanto que no país a taxa passa de 27,4 em 2000 para 20,0 em 2007.

Tabela 11 - Taxa de Mortalidade Infantil no Maranhão, Nordeste e Brasil (2000-2007)								
Região	Ano							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Maranhão	43,2	40,4	38,2	36,1	34,1	32,6	31,2	30,1
Brasil	27,4	26,3	24,9	23,9	22,6	21,4	20,7	20,0
Nordeste	41,6	39,3	36,9	34,8	32,7	31,2	29,8	28,7

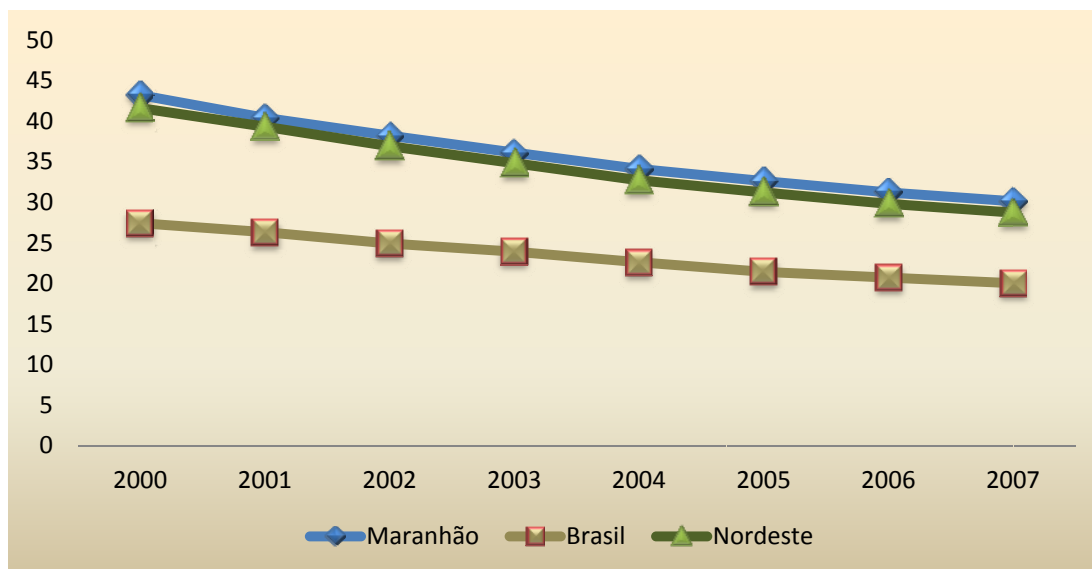
Fonte: DATASUS

⁵ O cálculo é obtido pela média aritmética simples dos três componentes. Numa escala de zero a um, quanto mais próximo do limite superior, maior é o desenvolvimento humano da região.

⁶ Essa taxa corresponde ao número de óbitos por mil nascidos vivos.

Além da evolução da Taxa de Mortalidade Infantil, o Maranhão, entre 1990 e 2008 aumentou o número de médicos por mil habitantes. No primeiro ano da série, exibido na **Tabela 12**, havia 0,35 médicos para cada mil habitantes, passando para 0,62 em 2008.

Gráfico 5 – Taxa de Mortalidade Infantil no Maranhão, Nordeste e Brasil (2000-2007)



Fonte: DATASUS

Tabela 12 - Maranhão - Número de Médicos e Enfermeiros Por Mil Habitantes (1990-2008)

Período	Enfermeiros	Período	Médicos
1990	0,10	1990	0,35
1991	0,10	1991	0,35
1992	0,10	1992	0,36
1993	0,11	1993	0,37
1994	0,11	1994	0,38
1995	0,13	1995	0,39
1996	0,13	1996	0,4
1997	0,14	1997	0,38
1998	0,16	1998	0,38
1999	0,17	1999	0,38
2000	0,19	2000	0,42
2001	0,22	2001	0,45
2002	0,25	2002	0,46
2003	0,28	2003	0,49
2004	0,30	2004	0,53
2005	0,33	2005	0,56
2006	0,33	2006	0,58
2007	0,51	2007	0,59
2008	0,50	2008	0,62

Fonte: IBGE

Mesmo que modesto, houve crescimento também no número de enfermeiros por mil habitantes no Estado, bem como dos técnicos de enfermagem.

Tabela 13 - Maranhão - Número de Leitos Públicos e Privados Por Mil Habitantes (1990-2005)		
Período	Leitos Privados	Leitos Públicos
1990	3,76	0,86
1992	4,27	0,95
1999	3,44	1,20
2002	2,54	1,23
2005	2,27	1,31

Fonte: IBGE

No mais, o número de leitos públicos para cada mil habitantes elevou-se entre 1990 e 2005. Mesmo com um número menor que o dos leitos privados, os públicos aumentaram enquanto que os leitos particulares por mil habitantes sofreram redução. Tais valores estão colocados na **Tabela 13**. O Governo do estado já iniciou o enfrentamento do desafio de elevar o número hospitais com a implantação do programa Saúde é Vida, que prevê a construção de 72 novas unidades espalhadas por todo o Estado.

Educação

A educação é considerada por muitos analistas em desenvolvimento social, políticos, sociólogos e estudiosos como o principal vetor para o progresso de um povo. Nesse sentido, a observação das estatísticas referentes ao tema torna-se muito relevante.

No caso do Maranhão, a **Tabela 14** exhibe os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB⁷) de 2005, 2007 e 2009. Até a 4ª série, de 5ª a 8ª série e no ensino médio o IDEB maranhense se elevou tanto na educação privada quanto na estadual. Somente entre 2007 e 2009 o IDEB de 5ª a 8ª série do ensino privado manteve-se constante.

Tabela 14 - Evolução do IDEB do Maranhão (2005, 2007, 2009)												
Descrição	2005				2007				2009			
	Total	Pública	Privada	Estadual	Total	Pública	Privada	Estadual	Total	Pública	Privada	Estadual
Até a 4ª Série	2,9	2,7	4,9	3,2	3,7	3,5	5,3	3,3	3,9	3,7	5,5	4,0
5ª a 8ª Série	3,0	2,8	5,2	3,2	3,3	3,2	5,3	3,4	3,6	3,4	5,3	3,6
Ensino Médio	2,7	-	4,6	2,4	3,0	-	4,7	2,8	3,2	-	4,8	3,0

Fonte: INEP

⁷ O Índice é obtido multiplicando-se a nota média padronizada pelo indicador de rendimento. Quanto maior for o índice, melhor o nível educacional.

A taxa de aprovação do ensino fundamental e médio no Estado, entre 2007 e 2010, está colocada na **Tabela 15**. Por ela notamos que o ensino fundamental apresenta taxas maiores do que o ensino médio, inclusive crescendo de ano para ano na série, coisa que não acontece quando se observa a taxa de aprovação do ensino médio. Entre 2009 e 2010 houve diferença negativa de quase 2%, de 78,5% em 2009 para 76,8% em 2010.

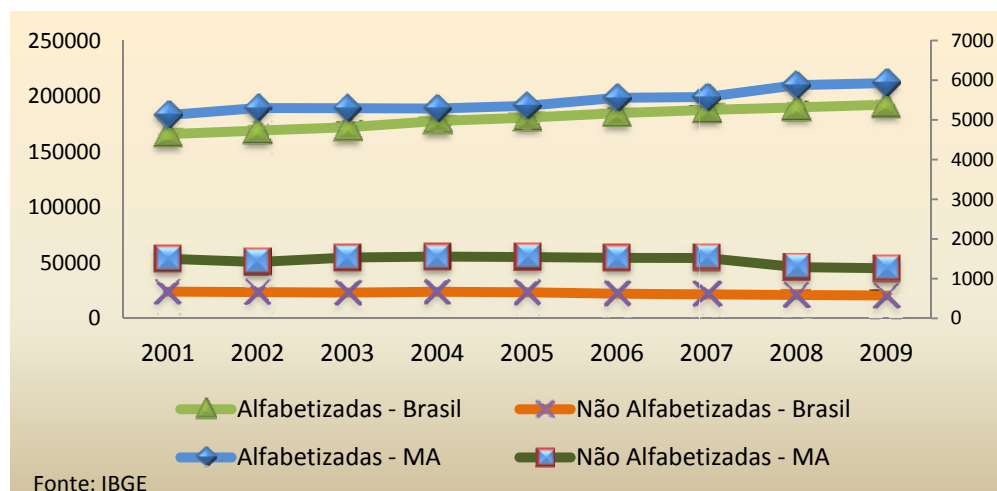
Tabela 15 - Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental e Médio no Maranhão – Em % (2007-2010)

Período	Total (%)	
	Fundamental	Médio
2007	82,6	75,0
2008	83,1	76,3
2009	85,6	78,5
2010	86,7	76,8

Fonte: IBGE

O **Gráfico 6** é um bom instrumento estatístico para observar a evolução do número de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas por idade no Maranhão. Além do Estado, são expostos os dados referentes ao Brasil. Os grupos de idade variam de 5 a 6 anos até 60 anos ou mais.

Gráfico 6 – Evolução do Número de Pessoas Alfabetizadas e Não Alfabetizadas no Maranhão e Brasil (2001-2009)

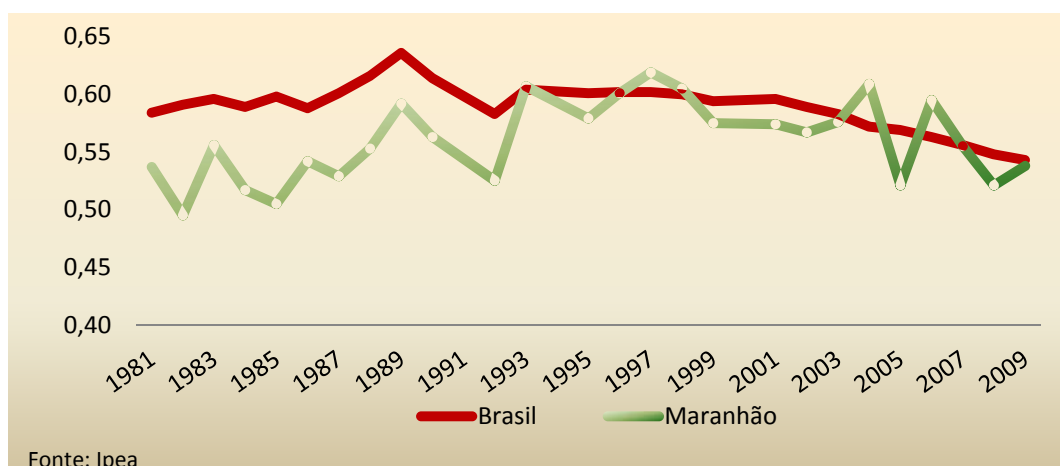


Importante reconhecer os avanços na educação por parte do Governo Federal no sentido de universalizar o ensino. Outro ponto a ser destacado é a instituição da nona série no ensino fundamental. Dessa forma, a taxa de analfabetismo vem diminuindo à medida que a escolaridade da população aumenta. É essencial ressaltar que ainda existe muito a ser feito, a demanda educacional ainda é grande e o Governo do Estado do Maranhão está consciente do seu papel no sentido de provedor da educação, um direito assegurado do povo.

Trabalho e Renda

Além de conhecer a evolução e o perfil demográfico, IDH, saúde e educação do Estado, outra variável de grande importância no sentido de se analisar o desenvolvimento social e o progresso da população é entender o que aconteceu e está acontecendo no mercado de trabalho e renda. Um poderoso instrumento de análise qualitativa é o Índice de Gini.

Gráfico 7 – Índice de Gini do Maranhão e Brasil (1981-2009)



O Índice de Gini é um indicador de concentração. É comumente utilizado para calcular a desigualdade da distribuição de renda. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres. Em termos de valor, apresenta variação entre zero e um. Quanto mais próximo de zero, melhor e quanto mais próximo de um, pior para a região analisada.

Tabela 16 – Evolução do Mercado de Trabalho do Maranhão – Saldo por Atividade Econômica (2003-2011)

Atividade Econômica	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ¹
Extrativa Econômica	281	1	18	19	281	-105	121	419	144
Indústria e Transformação	1.360	1.816	917	155	2.875	2.292	-702	2.553	2.798
Serv.Ind.Utilidade Pública	-59	-109	167	-55	193	-164	116	0	187
Construção Civil	-1.239	1.249	1.291	2.950	3.259	10.150	-4.027	12.446	-2.746
Comércio	2.938	3.774	4.736	4.757	4.620	5.368	3.197	12.087	3.231
Serviço	2.899	3.382	5.429	5.286	5.122	4.755	-2.045	15.100	7.405
Adm. Pública	-81	17	91	23	56	148	85	203	239
Agropecuária	-11	-91	233	597	-228	-3.100	-1.529	197	6.314
Outros	5	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	6.093	10.039	12.882	13.732	16.178	19.344	-4.784	43.005	17.572

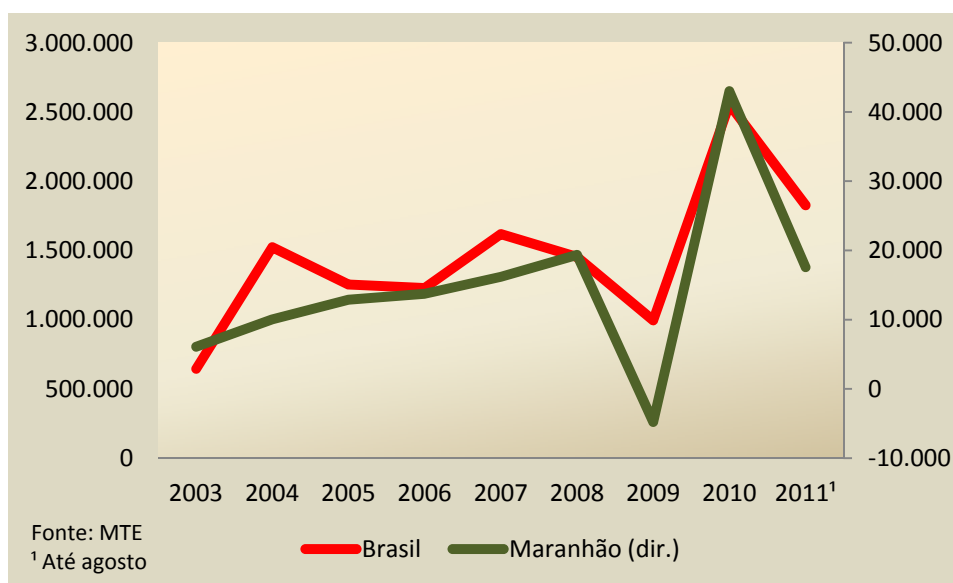
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

Elaboração: SAF-SEPLAN

¹ Até Agosto

A **Tabela 16** e o **Gráfico 8** mostram a evolução do mercado de trabalho maranhense entre 2003 e 2011 (até agosto). Exceto pelo ano de 2009 – atingido fortemente pela crise financeira mundial – os valores do saldo total aumentam ano a ano até 2010. Vale notar o bom volume ao longo do tempo dos setores de serviço e comércio. Além do volume, praticamente não apresentam saldos negativos, exceto pelo ano de 2009 (crise financeira mundial) no setor de serviços. Outro dado que chama a atenção é o total de empregos gerados em 2010, apontando uma rápida recuperação no ano após a crise, onde se tem um saldo de 43.005 empregos formais.

Gráfico 8 – Evolução do Mercado de Trabalho do Maranhão e Brasil – Saldo Total (2003-2011)



3.2 - Panorama da Economia Maranhense 2008-2011

Panorama da Economia Mundial

O ano de 2008 marcou a primeira década do século XXI, por nele ter se desenvolvida uma das piores crises econômicas de todos os tempos, segundo alguns analistas. Além disso, demonstrou as fragilidades de uma economia desregulada financeiramente. A quebra do banco Lehman Brothers fez com que investidores de todo o mundo resgatassem seus recursos dos países emergentes e economias menores e os direcionassem para o EUA, especificamente para os títulos do governo americano. Tal acontecimento ocasionou uma desvalorização cambial generalizada e desconfiança do sistema financeiro mundial.

(Taxa de crescimento em %)

Tabela 17 – PIB das Economias Mundiais					
Descrição	2008	2009	2010	2011¹	2012¹
Mundo	2,8	-0,5	5,0	4,4	4,5
Economias Avançadas	0,2	-3,4	3,0	2,4	2,5
Estados Unidos	0,0	-2,6	2,8	2,8	2,9
Zona do Euro	0,5	-4,1	1,7	1,6	1,8
Alemanha	1,0	-4,7	3,5	2,5	2,1
França	0,1	-2,5	1,5	1,6	1,8
Itália	-1,3	-5,2	1,3	1,1	1,3
Espanha	0,9	-3,7	-0,1	0,8	1,6
Japão	-1,2	-6,3	3,9	1,4	2,1
Reino Unido	-0,1	-4,9	1,3	1,7	2,3
Canadá	0,5	-2,5	3,1	3,9	3,8
Economias Emergentes	6,0	2,7	7,3	6,5	6,5
Rússia	5,2	-7,8	4,0	4,8	4,5
China	9,6	9,2	10,3	9,6	9,5
Índia	6,4	6,8	10,4	8,2	7,8
Brasil	5,1	-0,6	7,5	4,5	4,1
México	1,5	-6,1	5,5	4,6	4,0
Volume de Comércio Mundial	2,9	-10,9	12,4	7,4	6,9

Fonte: World Economic Outlook 2010 e 2011

¹ Previsão

Para enfrentar a crise, os países implantaram políticas econômicas expansionistas. Essas políticas se baseavam na redução da taxa de juros e no aumento dos gastos públicos e foram de suma importância para a retomada do crescimento. Além disso, a ação coordenada pelo Banco Central dos EUA em encampar as instituições financeiras em risco por outras instituições financeiras maiores possibilitou a sustentação do sistema financeiro americano. Outra decisão importante foi o chamado TARP, um programa do governo dos Estados Unidos semelhante ao PROER brasileiro, que consistia em empréstimos bilionários que serviam como garantia para os créditos podres. Com isso, o Sistema Financeiro Americano e Mundial restabeleceu a ordem e conquistou a confiança dos investidores.

A crise financeira mundial serviu também para demonstrar a força dos países emergentes frente à nova economia. Estes países foram os que primeiro saíram da crise e os que melhor se comportaram durante a mesma.

A **Tabela 17** mostra a evolução das principais taxas de crescimento econômico no período 2008-2012. É possível verificar também a queda no Volume Mundial de Comércio (VMC) no ano de 2009 em decorrência da crise financeira de 2008. Vale ressaltar que diante da importância do comércio exterior para o Brasil e o Maranhão, a queda no

volume do comércio afetou negativamente e de forma intensa, tanto as exportações brasileiras quanto as maranhenses.

A recuperação lenta e gradual que ocorreu no ano de 2010, em decorrência dos estímulos econômicos, acarretou numa elevação dos preços das *commodities* e, portanto, da inflação na maioria dos países.

A crise de 2008 ainda explicitou um problema fiscal de certos países da Zona do Euro. Os efeitos das políticas fiscais expansionistas implantadas ocasionaram deterioração das contas públicas dos países da Zona do Euro, ocasionando um questionamento da capacidade de pagamento da dívida pública pelos investidores internacionais. Os países denominados PIIGS (do Inglês): Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha viram seus títulos públicos perderem valor. A descrença nesses países dificultou a colocação de novos títulos para o financiamento dos gastos públicos. Diante deste cenário, os juros se elevaram, implicando em um ônus maior a esses países.

A Conjuntura Econômica Nacional

Assim como ocorrera na economia mundial, o Brasil também sentiu os efeitos da crise financeira de 2008. Iniciada nos EUA, alastrou-se pela Europa, principalmente naqueles países que haviam comprado os títulos podres dos bancos americanos e atingiu praticamente todo o planeta. Tais efeitos influenciaram o comportamento das principais variáveis macroeconômicas do Brasil – juros, câmbio, inflação, PIB – e, por conseguinte, a estratégia de política fiscal do governo brasileiro também teve que sofrer alguns ajustes.

Mesmo com uma economia relativamente estabilizada, com inflação controlada e dentro da meta (o teto da meta era de 6,5% e a inflação acumulada em 2008 foi de 5,75%), o Brasil teve que “queimar” parte das suas reservas internacionais para tentar conter a desvalorização cambial.

A desvalorização do real frente ao dólar sobreveio em virtude da saída de capitais devido ao pânico no mercado mundial, sendo que no ano de 2008 a taxa de câmbio média foi de 1,83 e no ano de 2009 foi de 2,00. Nesse sentido, investidores desfaziam-se de suas posições, principalmente nos países emergentes, e aplicavam seus recursos comprando títulos do tesouro americano. A queda no comércio mundial fez com que as exportações e importações brasileiras seguissem pelo mesmo caminho descendente.

Ainda como consequência da desaceleração do comércio mundial, o Banco Central passou a reduzir a taxa de juros básica da economia - Selic - no intuito de estimular o mercado doméstico. Tendo em vista que a redução dos juros diminui o custo do capital, os financiamentos para novos investimentos e a concessão de empréstimos (crédito) como um todo teriam suas taxas reduzidas. É importante salientar que em 2009

o Brasil experimentou uma taxa de juros histórica de apenas um dígito – taxa média anual de 9,94% -, algo inusitado na economia nacional.

No âmbito fiscal, o governo brasileiro adotou políticas anticíclicas com o intuito de estimular o consumo e aquecer a economia doméstica. A adoção dessas políticas se deu basicamente em duas frentes: redução de impostos (principalmente IPI, IR e IOF) e aumento dos gastos públicos. Como consequência, o governo se deparou com frustração de suas receitas em 2009 ante a tendência de crescimento presenciada nos anos anteriores.

Com a queda das receitas do governo central – redução de 6,5% na comparação entre o primeiro semestre de 2009 com o de 2008 -, o Maranhão, assim como todos os outros estados e municípios, sofreu com a redução dos repasses das transferências federais a Estados e Municípios (FPE e FPM), que reduziram em 5,18% na comparação entre o primeiro semestre de 2009 com o de 2008. Na contramão das receitas, a despesa federal aumentou significativamente, ainda como decorrência das políticas anticíclicas, comprometendo assim o resultado do superávit primário nesse período de crise.

A conjuntura econômica mundial e nacional desfavorável refletiu negativamente no resultado do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da economia brasileira. Este se apresentou praticamente nulo em 2009, ante os bons números alcançados nos anos anteriores. Ver **Tabela 18**.

No rol dos países emergentes, o Brasil, além de ter sofrido menos os efeitos da crise quando da comparação com os países centrais, também se saiu mais rápido que os mesmos no que tange à recuperação dos principais indicadores econômicos. Dessa forma, a partir de 2010 observa-se, mesmo que lenta e gradual, uma melhora da atividade econômica brasileira.

O resultado do Produto Interno Bruto em 2010 (**Tabela 17**) mostra um crescimento de cerca de 7,5%. Mesmo crescendo sobre uma base bem reduzida (PIB de 2009), a taxa de crescimento é bastante considerável. A recuperação do comércio mundial também trouxe preocupações.

Tabela 18 - Taxa de Crescimento Real PIB do Brasil	
Taxa de Crescimento (%)	
2004	5,71
2005	3,16
2006	3,96
2007	6,09
2008	5,16
2009	-0,64
2010	7,49
2011*	4,50
Média	4,43

Fonte: Banco Central

* Previsão

O aumento dos preços das *commodities* e o aquecimento da economia brasileira fizeram com que a inflação ameaçasse o teto da meta de inflação que é de 6,5%. Nesse sentido, o Banco Central passou a elevar a taxa básica de juros da economia para brecar a subida dos preços. Ademais, ainda como efeito da melhora econômica e da volta dos investidores, o real valorizou-se frente ao dólar. Exportações e importações aumentaram significativamente em 2010. O saldo da balança comercial reduziu-se em virtude do maior crescimento das importações.

Para reequilibrar as finanças públicas e amenizar os efeitos danosos da inflação, as autoridades brasileiras iniciaram em 2011 um ajuste fiscal. Nesse sentido, o Governo Central decidiu cortar gastos em algumas contas, sem deixar de atuar com maior ênfase no âmbito social, declarada sua principal meta, a partir dos programas que já vinham sendo executados.

A Conjuntura Econômica Maranhense

O ano de 2008 é um marco para a economia mundial, nacional e maranhense. Antes dele, os anos de 2004 até meados de 2008 demarcam um período onde a economia mundial apresentou considerável expansão. Impulsionado por esse bom desempenho, o Brasil aproveitou o momento e obteve resultados significativos no setor externo. As exportações, com destaque para suas *commodities* agrícolas e minerais, contribuíram para os bons superávits da balança comercial, mesmo com a valorização do câmbio no período.

Ademais, o Brasil apresentava-se, à época, com uma inflação controlada e dentro da meta (ultrapassando o centro da meta de 4,5% em alguns anos, mas nunca ultrapassando o limite máximo de 6,5%) (**Tabela 19**). Observara-se a expansão da demanda interna, como consequência das políticas de distribuição de renda e das obras iniciadas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Diante da condução de uma política fiscal responsável, e, respeitando os limites legais no que tange às finanças públicas (orçamento), passou a ser considerada, por parte dos investidores, uma economia “previsível”, despertando a atenção dos mesmos.

Tabela 19 – IPCA Acumulado (Em %)

Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ¹	Média
IPCA	6,59	5,55	3,1	4,37	5,75	4,23	5,76	3,86	4,90

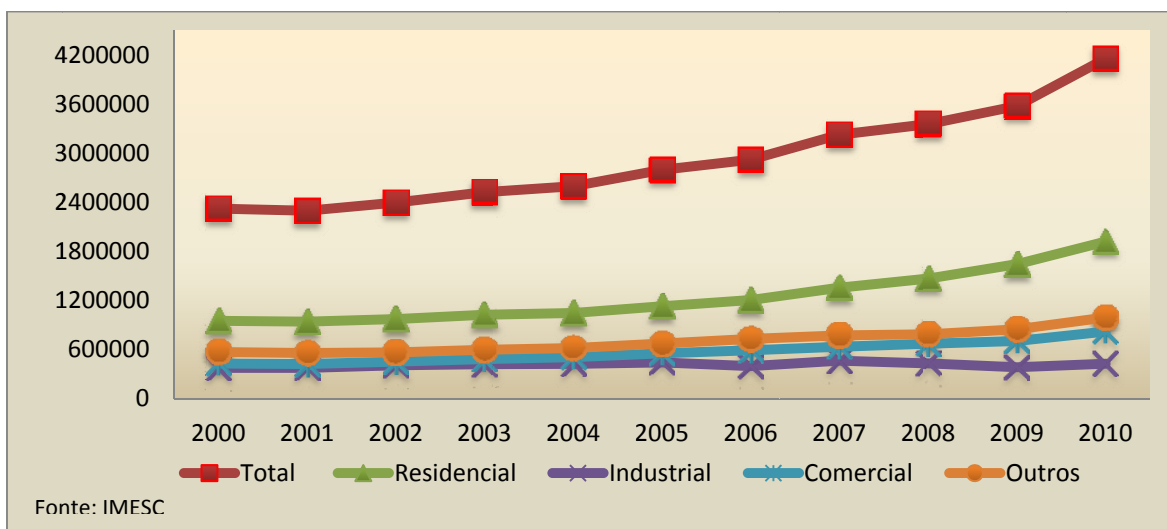
Fonte: Banco Central

¹ Acumulado até Junho

Inserido em uma economia cada vez mais globalizada, o Maranhão tirou proveito do bom momento econômico até meados de 2008. Como consequência, logo em seguida, também sofreu com os efeitos nefandos da crise financeira mundial. A conjuntura econômica maranhense foi afetada basicamente pela corrente de comércio (setor externo), redução dos repasses constitucionais por parte do Governo Federal (FPE) e também pela redução da liquidez e do crédito.

No setor de energia elétrica, como forma de evidenciar o consumo por classes, o **Gráfico 9** apresenta dado interessante a respeito da venda de energia para o setor industrial. Este, já a partir do final de 2007 começou a decrescer. Tal recuo acentuou-se no período de recessão econômica. Importante observar que o consumo residencial representa, percentualmente, média de 42,1% do total. O setor industrial compra 14,6% e o setor comercial, 19,4%.

Gráfico 9 – Energia Elétrica Vendida para os Setores de Classe (Em Mwh)



Setor Externo

No setor externo, o Maranhão sentiu os efeitos da queda abrupta dos preços das *commodities* agrícolas e minerais no mercado internacional, como também da forte retração da demanda doméstica. As exportações, com média de crescimento anual de mais de 30% entre 2003 e 2010, reduziram-se bastante em 2009, com queda de mais de 50% em relação a 2008. Vale ressaltar ainda a forte concentração da pauta de exportações maranhenses, basicamente composta por três complexos: ferro, soja e alumínio, com uma participação no total exportado de mais de 90%. Ver **Tabela 20**.

Tabela 20 - Exportações, Importações, Corrente de Comércio, Saldo Comercial e Taxa de Crescimento das Exportações do Maranhão (Em %) (Valores correntes, em US\$ milhões)

Período	Exportações (A)	Importações (B)	Corrente de Comércio (A+B)	Saldo Comercial (A-B)	Taxa de crescimento das Exportações (%)	
2001	544.348	830.524	1.374.872	-286.176	-	-
2002	652.387	868.611	1.520.998	-216.224	-	-
2003	739.802	661.799	1.401.601	78.003	-	-
2004	1.231.094	735.732	1.966.826	495.362	2004/2003	66,4
2005	1.501.053	1.156.716	2.657.769	344.337	2005/2004	21,9
2006	1.712.702	1.725.869	3.438.571	-13.167	2006/2005	14,1
2007	2.177.155	2.353.140	4.530.295	-175.985	2007/2006	27,1
2008	2.836.303	4.102.751	6.939.054	-1.266.448	2008/2007	30,3
2009	1.232.814	1.993.739	3.226.553	-760.925	2009/2008	-56,5
2010	2.920.267	3.816.864	6.737.131	-896.597	2010/2009	136,9
2011 ¹	1.390.949	2.391.655	3.782.604	-1.000.706	Média	34,31
Acumulado Últimos 12 Meses ²	2.727.949	4.546.331	7.273.474	-1.819.188	-	-

Fonte: MDIC

¹ 1º Semestre

² Julho/2010 a Junho/2011

No mesmo caminho, as importações (**Tabela 20**) apresentaram forte retração. Como resultado, a corrente de comércio, ou seja, o somatório de exportações e importações, também declinou, recuperando-se logo após a crise, em 2010. A taxa de crescimento (2010/2009) das exportações foi de 136% enquanto que as importações cresceram mais de 90% neste mesmo período.

Mercado de Trabalho

O período conturbado provocou demissões em praticamente todos os setores de atividades. Até meados de outubro de 2008, como efeito da forte aceleração dos investimentos, houve considerável expansão na criação de empregos formais nos setores minero-metalúrgico, de agronegócios, construção civil, comércio e serviços.

Porém, o mercado de trabalho foi afetado em fins de 2008 até o primeiro trimestre de 2009, com aumento do desemprego em virtude das demissões, principalmente no setor primário-exportador. Destaque para a indústria metalúrgica, mecânica, de madeira, mobiliária e na agricultura. Como explicações para o aumento do desemprego durante o período mencionado estão à retração da demanda externa e o encolhimento do crédito à produção agrícola no sul do Estado.

Ainda no início de 2009 o mercado de trabalho começou o processo de recuperação, no entanto o saldo acumulado no ano continuou negativo (4.784 vagas). O

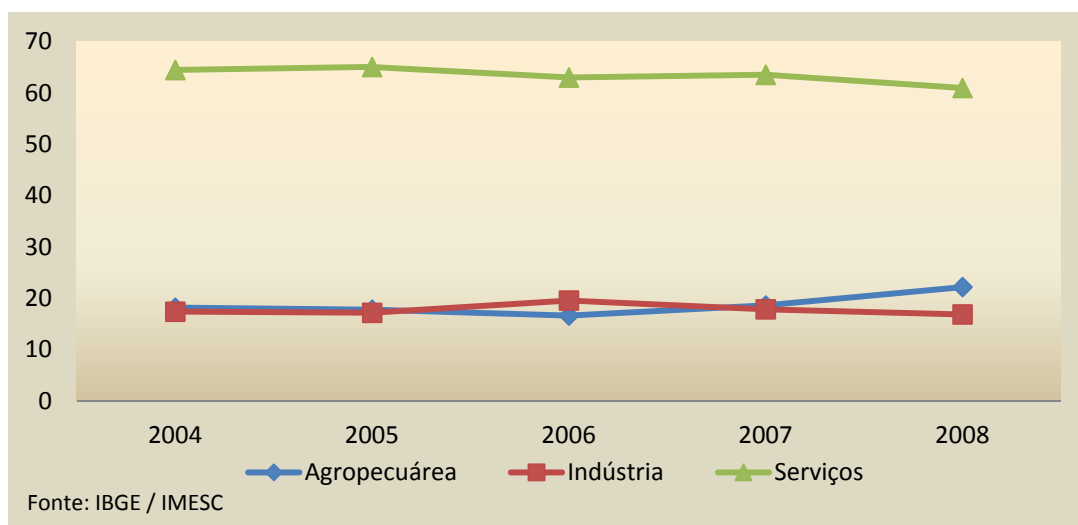
saldo foi positivo ao fim do exercício de 2010, com a criação de 43.005 postos de trabalho.

Já em 2011, mesmo com o efeito da sazonalidade incidente no setor da construção civil nos primeiros cinco meses do ano, tem-se um saldo positivo – de 431 empregos - no mercado de trabalho. Aqui, o Governo do Estado, a partir da criação do Programa Maranhão Profissional, tem colaborado para esse acréscimo, capacitando e qualificando para o aprimoramento da qualidade da mão de obra.

Participação dos Setores de Atividade no PIB da Economia Maranhense

Tomando como parâmetro de análise o Produto Interno Bruto (PIB) da economia maranhense entre 2004-2008, nota-se que o setor de serviços corresponde, na média do período, a 63,4% em termos de Valor Agregado ao produto total do Estado. Em seguida tem-se o setor agropecuário, com participação média de 18,68%. Já o setor industrial apresenta média de 17,77% neste mesmo íterim de tempo. As participações percentuais do período estão ilustradas no **Gráfico 10**.

Gráfico 10 - Participação dos Setores de Atividades na Composição do PIB Maranhense entre 2004-2008



No setor de maior participação no PIB – serviços – destaca-se o subsetor de administração, saúde e educação pública, com média percentual de 19,76% entre 2004-2008. Na agropecuária destaca-se, com participação de 13,62%, o subsetor agricultura, silvicultura e exportação florestal. Os subsetores: indústria de transformação e construção, que compõem o setor industrial tem participações médias, respectivamente, de 7,61% e 6,15%.

A **Tabela 21** mostra que, quando da comparação da variação real do PIB entre os anos de 2004-2008, o Maranhão alcança índice superior ao do Brasil e também ao do

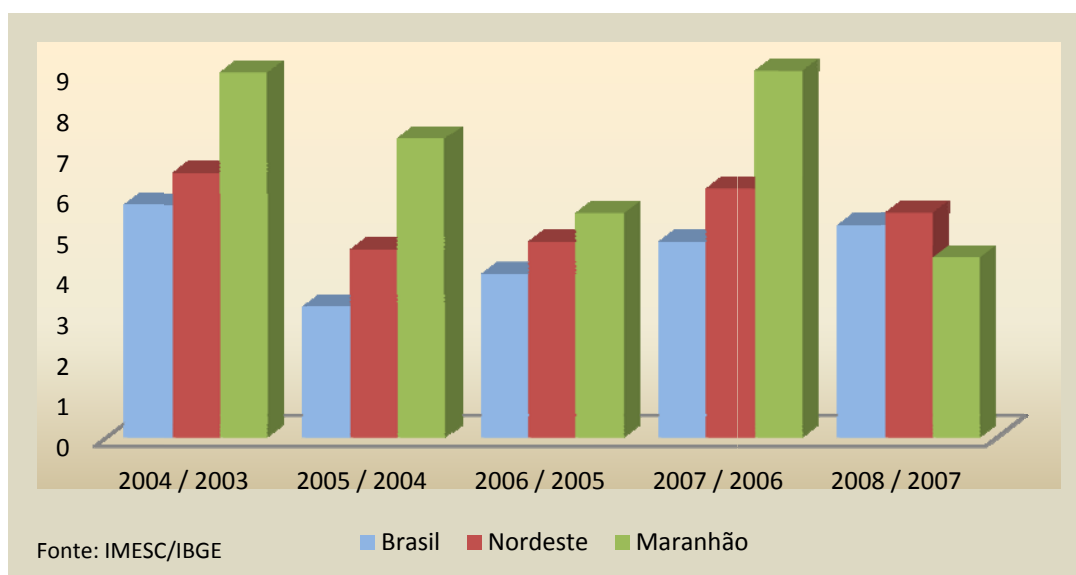
Nordeste. Perde apenas na relação 2008/2007. Para melhor visualizar as relações de crescimento, ver **Gráfico 11**.

Tabela 21 - Comparativa entre o Aumento do PIB do Maranhão com o Nordeste e Brasil (Em %)

Esfera Federativa	2004 / 2003	2005 / 2004	2006 / 2005	2007 / 2006	2008 / 2007
Brasil	5,70	3,20	4,00	4,80	5,20
Nordeste	6,50	4,60	4,80	6,10	5,50
Maranhão	8,97	7,34	5,50	9,00	4,40

Fonte: IMESC/IBGE

Gráfico 11 - Comparativa entre o Aumento do PIB do Maranhão com o Nordeste e Brasil (Em %)



Considerações Finais

Portanto, a conjuntura econômica maranhense no intervalo de 2004 a 2010 está relacionada a dois períodos; no primeiro, os principais indicadores macroeconômicos apontavam para um horizonte próspero. Já no segundo momento, a economia foi abalada pela crise financeira americana, demonstrando recuperação a partir de 2010. No bojo dessa recuperação, chama a atenção o número de investimentos programados para os anos compreendidos no período deste PPA. A **Tabela 22** exprime, de forma resumida, um painel de investimentos com os valores estimados de cada obra, a perspectiva de geração de empregos de alguns deles, o local e a empresa responsável pela construção. Importante ressaltar a forte presença do Governo Federal no conjunto dos investimentos. Em termos de valores, estima-se que a injeção de recursos na economia maranhense atinja um montante de R\$ 100 bilhões.

Tabela 22 - Painel dos Grandes Investimentos no Estado do Maranhão

Empresa	Relação dos Investimentos Projetados e em Andamento	Localização	Estimativa de Investimento (R\$x1.000)	Estimativa de Geração de Emprego	Status
Alumar	Produção de Alumínio e Alumina (ampliação)	São Luís	5.200.000	13.000 (alcançados no pico da obra)	Concluído em novembro 2009 (Em operação)
Ambev	Duplicação da produção de bebidas	São Luís	144.000	900 (com a duplicação)	Em construção
Brascopeer	Processamento de alumínio (cabos) - Grupo Brascopeer	São Luís	80.000	140 empregos diretos (fase de operação) e 200 indiretos (fase de implantação)	Em construção
Carrefour	Construção do atacadão Carrefour	São Luís	35.000	900 empregos sendo 350 diretos	Concluído em Julho de 2010 (Em operação)
Geranorte	Geração de Energia - UHE (330 MW)	Miranda do Norte	600.000	3.000 (diretos e indiretos)	Concluído em Maio 2010 (Em operação)
CSM - Aurizonia Empreendimentos	Siderurgia - Aço (Placas de aço para exportação) (US\$ 6 bi)	Bacabeira	11.220.000	3.500 (diretos) e 9.000 (indiretos)	Em estudo
Aurizonia Empreendimentos	Terminal Portuário do Mearim	Bacabeira	4.500.000	500 (diretos), 1.500 (indiretos)	Licenciamento
Grupo Aurizona	Exploração de ouro	Godofredo Viana	100.000	700 (diretos)	Concluído em 2009 (Em operação)
FC Oliveira	Ampliação e lançamento de novo produto (Copos, Velas, Sabão em Pó)	Codó	42.000	660 Empregos diretos operação	Em construção (Conclusão prevista para 2011)
Consórcio CESTE	Geração de Energia - UHE (1.087 MW)	Estreito	4.000.000	7.500 (diretos na obra)	Em construção (Startup previsto para 1º trimestre de 2011)
Cemar - Cia Energética do Maranhão	Construção de subestações, linhas de transmissão e ampliação do programa Luz para todos no Estado	Maranhão	440.000	-	Em andamento (Conclusão em 2016)
Granel Química	Tancagem de derivados de petróleo	São Luís	35.000	-	Em estudo
Gusa Nordeste	Siderurgia - Aço (tarugos e billets-1a. Etapa)	Açailândia	300.000	1.000 (implantação) e 1.000 na operação (diretos e indiretos)	Em construção (Startup previsto para março 2011)
Grupo Sá Cavalcante	Centro Empresarial (6 torres)	São Luís	740.000	250 diretos e 1.000 indiretos na construção 1ª torre	Início das obras em 2011 (Conclusão prevista para 2012)

Empresa	Relação dos Investimentos Projetados e em Andamento	Localização	Estimativa de Investimento (R\$x1.000)	Estimativa de Geração de Emprego	Status
Grupo Sá Cavalcante	Construção de Shopping	São Luís	240.000	Construção: 1.000 diretos e 4.000 indiretos Operação: 3.000 empregos	Em construção (Conclusão prevista para 2011)
Grupo Atlântica	Construção de Estaleiro Naval	São Luís	100.000	1.000 empregos	-
Itaqui Energia - MPX Itaqui	Geração de Energia - UTE (360 MW)	São Luís	1.500.000	6.000 (diretos e indiretos)	Em construção (Startup previsto para 2011)
Jaguar	Exploração de ouro	Centro Novo do Maranhão	500.000	450 diretos; 180 (indiretos) e 2.250 (efeito renda) na operação e 1.000 (diretos e indiretos) na construção	Licenciamento
Mateus	Construção de 8 lojas de supermercados até 2011	São Luís	90.000	2.719 empregos diretos	05 Lojas concluídas em 2010
Mateus	Centro de Distribuição de mercadorias	São Luís	10.000	-	-
Notaro Alimentos	Produção de aves / Abatedouro Industrial	Balsas	146.000	3.800 (diretos e indiretos)	-
OGX	Termelétrica 1863 MW	Santo Antonio dos Lopes	4.000.000	925 empregos (diretos) e 2.775 (indiretos) na fase da construção e 120 empregos (diretos) e 360 (indiretos) na fase de operação	Licenciamento
OGX	Prospecção de Gás e Petróleo	Bacias do PA-MA	310.000	-	Licenciamento
OGX	Pesquisa Gás e Petróleo	Bacia do Parnaíba	700.000	-	Em andamento
Petrobras	Exploração de Gás Natural	Bacia de Barreirinhas	30.000	-	-
Petrobras	Pesquisa Gás e Petróleo	Bacias do PA-MA	90.000	-	Em andamento
Petrobras	Petróleo e Gás - Refinaria Premium I	Bacabeira/São Luís	37.000.000	132.000 (diretos e indiretos)	Em construção (fase de terraplenagem)
Prio Extração e Logística	Produção de biocombustíveis	Chapadinha	150.000	-	Em estudo
Schincariol	Ampliação da Fábrica de Bebidas (2010 a 2014)	Caxias	120.000	159 (diretos) e 636 (indiretos) na operação	Em andamento (Conclusão em 2014)
Sinobras	Laminação, tarugos e produtos acabados	São Luís	30.000	-	Em estudo
Supermercados Maciel	Centro de Distribuição de mercadorias	São Luís	4.000	-	-

Empresa	Relação dos Investimentos Projetados e em Andamento	Localização	Estimativa de Investimento (R\$x1.000)	Estimativa de Geração de Emprego	Status
Algar Agro	Refinaria de Óleo de Soja	Porto Franco	38.000	120 diretos na construção e mais 100 indiretos (com transporte de produtos) e 40 diretos na operação	Início das obras em Abril (14 meses)
Suzano Energia Renovável	Complexo de Produção de Pellets e Biomassa	Chapadinha	956.000	-	-
Suzano	Terminal Portuário – Grandis	São Luís	400.000	1000 implantação e outros 200 na operação	Em licenciamento. Previsão de conclusão: 2013
Suzano	Suzano – Papel e Celulose	Imperatriz	4.000.000	8.000 na fase de implantação e 3.500 (diretos) e 15.000 (indiretos) na fase de operação.	Licenciamento (Conclusão em 2013)
Oleama - Rosatex	Ampliação e modernização da fábrica de produtos a base de babaçu (higiene e cosméticos)	São Luís	30.000	150 diretos na operação	-
TG Agro Industrial	Ampliação de complexo sucro-alcooleiro	Aldeias Altas	400.000	8.000 empregos diretos (implantação e operação)	-
Dimensão Indústrias de Aços Planos e Laminados - Grupo Dimensão	Indústria metalurgica (derivados de aço: perfis, chapas, tubos, etc)	São Luís	160.000	250 diretos e 750 indiretos + 300 diretos na implantação	Início das obras em 2011 (Conclusão prevista para 2013)
Votorantim Cimentos	Fábrica de Cimento/ Moagem	São Luís	80.000	358 empregos na construção + 43 na operação	Em andamento (Conclusão em outubro 2011)
Vale	Construção do Pier IV - Ponta da Madeira (R\$2,9 bi)	São Luís	12.500.000	2.500 empregos implantação e 212 operação	Em construção (Conclusão prevista 2012)
Vale	Terminal ferroviário da Ponta da Madeira (retro porto)	São Luís		-	Em construção (Conclusão prevista para 2012)
Vale	Duplicação da EF Carajás	Maranhão		-	Licenciamento

Empresa	Relação dos Investimentos Projetados e em Andamento	Localização	Estimativa de Investimento (R\$x1.000)	Estimativa de Geração de Emprego	Status
Emap	Recuperação estrutural dos berços 101 e 102	São Luís	93.500	Total - Emap 643.500.00	-
Emap	Dragagem dos berços 100 a 104	São Luís	35.000		
Emap	Construção do berço 108	São Luís	80.000		
Emap	Construção do berço 100 e retroárea (72.000 m²)	São Luís	84.000		
EMAP	Infraestrutura portuária - Porto do Itaqui (TEGRAM)	São Luís	323.000		
BR 135	Duplicação da BR 135	São Luís	300.000	-	-
Gasmar	Exploração e comercialização de gás - GNL / GLP (inicial)	Barreirinhas	36.000	-	-
Gasmar	Exploração e comercialização de gás - Gasoduto (1.900 km)	Barreirinhas	1.980.000	-	-
Governo Federal - MME	Geração de Energia - UHE Serra Quebrada (1.087 MW)	Imperatriz	3.060.000	-	-
Saúde, infra-estrutura, educação, etc (orçam. previsto até 2013)	Governo Estadual	Maranhão	15.000.050	-	-

3.3 - As Finanças Públicas do Maranhão

Sob a ótica das contas públicas do Estado do Maranhão no período compreendido até o ano de 2011, nota-se ser importante interpretar algumas das principais variáveis que compõem as finanças estaduais bem como avaliar a relação existente entre as mesmas.

No que tange ao financiamento (fontes de receitas), levou-se em consideração a arrecadação estadual e as transferências governamentais. Quanto ao primeiro, o destaque fica por conta da participação percentual do ICMS em relação à receita tributária, com média de 87% entre os anos de 2006-2011. Para 2011, a previsão é que este índice alcance 92% (**Tabela 23**).

Tabela 23 - Participação Percentual do ICMS na Receita Tributária (Valores Constantes de 2011, em R\$ milhões)

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ²
ICMS	2.340	2.455	2.722	2.792	3.099	3.290
Receita Tributária	2.647	2.841	3.194	3.272	3.667	3.576
ICMS/Receita Tributária (%)	88,4	86,4	85,2	85,3	84,5	92,0

Fonte: SIAT/STN

¹ IPCA projetado.

² Previsão

A **Tabela 24** mostra que a média percentual de participação das transferências governamentais em relação ao PIB é de 9,11% entre 2006-2011. Aqui, o destaque fica por conta do Fundo de Participação dos Estados (FPE) com média percentual de 78% em relação ao total das transferências. Em seguida, com 16% de participação no mesmo período (2004-2011) aparece o FUNDEB.

Tabela 24 – Participação Percentual Das Transferências Governamentais no PIB (Valores a preços constantes de 2011¹, em R\$ milhões)

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ²
Transferências	3.207	3.430	3.991	3.835	3.875	4.326
FPE	2.616	2.847	3.226	2.922	2.978	3.140
IOF	0	0	0	0	0	0
LEI COMPLEMENTAR 87/96	27	25	23	22	21	20
IPI-EXPORTAÇÃO	32	34	40	26	32	34
CIDE	239	9	0	0	0	43
FEX	55	52	42	25	43	0
FUNDEB	239	461	660	840	802	1.089
PIB	28.621	31.606	38.487	40.748	47.385	53.653
Transferências/PIB (%)	11,20	10,85	10,37	9,41	8,18	8,06

Fonte: STN/ IMESC

¹ IPCA projetado

² Previsão (SAF-SEPLAN)

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é um marco para as finanças públicas. Após a aprovação e consolidação da mesma, todos os entes da federação foram obrigados a se ajustarem às novas regras de transparência e respeito aos limites fiscais estabelecidos pela Lei. Ademais, a LRF definiu os principais parâmetros de análise no

âmbito fiscal. Dentre eles, destaque para a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL).

A resolução nº 40/2001 do Senado Federal definiu limites para a relação DCL/RCL; a União não poderá ultrapassar 3,5; para os estados o teto é 2,0 e para os municípios 1,2. Nesse sentido, a **Tabela 25** apresenta os dados referentes ao Maranhão no período 2006-2011. A média da relação DCL/RCL atingiu 0,78, ou seja, bem abaixo do limite exigido pela resolução do Senado Federal. Importante salientar que essa relação vem caindo ao longo do tempo; a previsão para 2011 é de 0,55. Para efeito de comparação, no período de 2001 a 2003, os valores 210%, 227% e 202%, respectivamente - dessa relação ultrapassaram os 200% previstos como limite.

Tabela 25 - Relação da Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida (Valores a preços constantes de 2011¹, em R\$ milhões)

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ³
Receita Corrente Líquida (RCL)	5.646	6.038	6.802	6.676	7.204	7.728
Receita Líquida Real (RLR)	4.462	4.950	5.667	6.094	6.113	6.609
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	6.500	5.520	5.030	4.554	4.587	4.259
Resultado Nominal (NFSP) ²	-8	-980	-491	-476	34	-328
Relação DCL/RLR (%)	1,46	1,12	0,89	0,75	0,75	0,64
Relação DCL/RCL (%)	1,15	0,91	0,74	0,68	0,64	0,55

Fonte: STN

¹ IPCA projetado

² Necessidade de financiamento do setor público

³ Previsão

Na **Tabela 26** estabeleceu-se a relação da despesa financeira, ou seja, o serviço da dívida (juros + amortizações), com a receita corrente líquida entre os anos de 2006-2011. Nesse sentido, a resolução nº 40 do Senado Federal estabelece como ideal que o serviço da dívida represente cerca de 11,5% da RCL. Neste caso, nota-se média de 12% do serviço da dívida na receita corrente líquida, praticamente no patamar ideal proposto pelo Senado.

Tabela 26 - Relação do Serviço da Dívida com a RCL e RLR (Valores a preços constantes de 2011¹, em R\$ milhões)

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ²
Serviço da Dívida	705	740	831	865	901	790
RCL	5.646	6.038	6.802	6.676	7.204	7.728
RLR	4.462	4.950	5.667	6.094	6.113	6.609
Serviço da Dívida/RCL (%)	12,5	12,3	12,2	13,0	12,5	10,2
Serviço da Dívida/RLR (%)	15,8	14,9	14,7	14,2	14,7	12,0

Fonte: STN

¹ IPCA projetado

² Previsão

Quando da análise do estoque da dívida, a **Tabela 27 e o Gráfico 12** demonstram que a sua relação com o Produto Interno Bruto (PIB) da economia maranhense recuou consideravelmente entre os anos de 2006-2011. Inicialmente, com participação percentual de 17,13% em 2006, caiu para 11,73% em 2010, com previsão de 8,84% para 2011.

Tabela 27 – Estoque da Dívida e Relação Percentual com o PIB (Valores a preços constantes de 2011¹, em R\$ milhões)

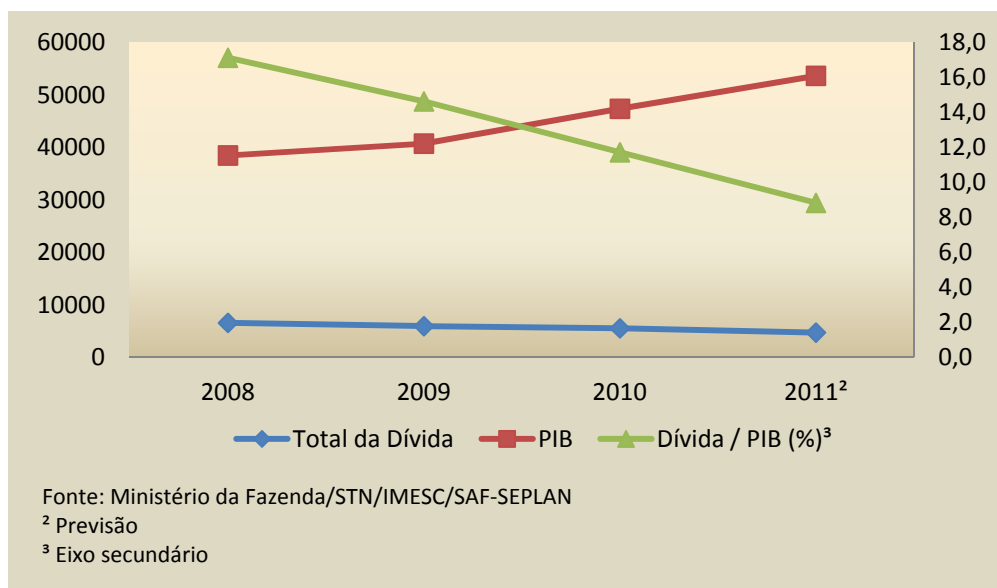
Descrição	2008	2009	2010	2011 ²
Dívida Interna	6.436	5.876	5.482	4.647
Dívida Externa	158	88	75	95
Total da Dívida	6.594	5.964	5.557	4.741
PIB	38.487	40.748	47.385	53.653
Dívida / PIB (%)³	17,13	14,64	11,73	8,84

Fonte: Ministério da Fazenda /STN /IMESC

¹ IPCA projetado

² Previsão

Gráfico 12 - Estoque da Dívida e Relação Percentual com o PIB (Valores a preços constantes de 2011¹, em R\$ milhões)



3.4 - Projeção do Cenário para 2012-2015

À luz de um cenário bastante otimista para a economia do país, em virtude dos investimentos programados – sejam eles privados ou por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - e dos que já estão em andamento, do aumento do crédito, baixo índice de desemprego, da inserção de milhares de novos consumidores ávidos para aproveitar o bom momento, vislumbra-se, para o Estado do Maranhão, um painel de oportunidades nos próximos anos. Se bem aproveitadas, tais oportunidades irão refletir positivamente nas finanças públicas, como, por exemplo, no aumento da arrecadação estadual e das transferências governamentais, sabido que estes dois compõem a base das receitas do Estado.

No mais, mantida a política de respeito às metas inflacionárias e a intenção do Governo Federal em reduzir a relação da Dívida Líquida do Setor Público com o Produto Interno Bruto, – que reduz a necessidade de se obter expressivos superávits primários -, além da manutenção da queda da vulnerabilidade externa e do risco país, nos faz prever que a confluência destes fatores resultará em um efeito multiplicador em todo o território nacional. Outro propulsor de crescimento para o Brasil no período 2012-2015 será a necessidade de obras em infraestrutura para dois eventos de elevada importância no cenário global, a saber: Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Tabela 28 – Parâmetros Macroeconômicos do Brasil¹ e Cenário Estimado para o Maranhão²
(Valores a preços correntes, em R\$ milhões)

Ano	PIB	Taxa de Inflação (%)	Ano	PIB ³	Taxa de Crescimento Real (%)
2012	4.471.689	4,5	2012	60.446	7,5
2013	4.976.669	4,5	2013	67.903	7,5
2014	5.538.666	4,5	2014	76.281	7,5
2015	6.016.244	4,5	2015	85.692	7,5

Fonte: Ministério do Planejamento

¹ Brasil

Fonte: IMESC

² Maranhão

O panorama traçado para o Maranhão no PPA 2012-2015 tem como parâmetro a conjuntura econômica nacional em termos de PIB e Inflação. No horizonte do Plano, o Produto Interno Bruto do Brasil crescerá com taxa de inflação média de 4,5%. Nesse contexto, a taxa de crescimento do PIB maranhense alcançará patamares consideráveis no período referente ao Plano. Os números estão colocados na **Tabela 28** e mostram que a taxa de inflação, valor de referência para estabelecer o resultado previsto para o PIB, atinge o centro da meta estabelecida até então pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). A taxa de 4,5% é explicada, basicamente, pelo aquecimento da economia nacional resultante dos fatores descritos anteriormente.

Receitas Tributárias

Observando a **Tabela 29**, nota-se o crescimento das receitas tributárias no período de projeção (2012-2015). Na relação entre os valores observados em 2015 e 2012, as receitas crescem a uma taxa de 55,3% e refletem um comportamento evidenciado nos anos anteriores em virtude do aperfeiçoamento dos mecanismos de arrecadação. Com uma participação considerável sobre o total das receitas, a arrecadação do ICMS cresce a uma taxa ainda maior quando da mesma comparação temporal (2015/2012), atingindo 60,5%. IPVA e Demais Taxas crescem 15,7% e 21,1% respectivamente. Como efeito de comparação, os números observados na relação 2011/2008 (período do PPA anterior), em termos de crescimento da arrecadação tributária e ICMS, proporcionaram taxas de crescimento consolidadas de 40,77% e 40,75%, respectivamente.

(Em valores correntes, em R\$ 1,00)

Tabela 29 – Receita Tributária				
Descrição	2012	2013	2014	2015
Receita Tributária	3.894.785.366	4.758.334.788	5.365.454.283	6.049.458.962
ICMS	3.406.665.214	4.244.744.749	4.818.927.313	5.469.086.149
IPVA	203.835.036	214.026.788	224.728.128	235.964.534
Demais Taxas	284.285.116	299.563.252	321.798.843	344.408.279

Fonte: SIAT / SAF-SEPLAN

Transferências Governamentais

A **Tabela 30** exprime os números das transferências governamentais no período de projeção. Importante salientar a forte participação – no ano de 2015 - do Fundo de Participação dos Estados (FPE) no total das transferências, 77,5%, seguido pelo FUNDEB, com 20,2%. Em relação à participação na receita total, os valores esperados de 2015 mostram que o FPE responde por de 31,35% da receita total do Estado enquanto que o FUNDEB apresenta 8,21% de participação. Para efeito de comparação, em 2012 estes percentuais foram de 35,5% e 8,42%, respectivamente, para as participações do FPE e FUNDEB na receita total.

(Valores correntes, em R\$ 1,00)

Tabela 30 – Transferências Governamentais				
Descrição	2012	2013	2014	2015
FPE	3.898.727.801	4.172.758.213	4.429.298.309	4.696.600.849
Lei Complementar 87/96	19.641.960	19.641.960	19.641.960	19.641.960
IPI - Exportação	35.853.399	38.004.603	40.284.879	42.701.971
CIDE	59.777.987	63.364.666	67.166.546	71.196.539
FUNDEB	924.006.207	1.016.406.827	1.118.047.510	1.229.852.261
Transferências Governamentais	4.938.007.354	5.310.176.269	5.674.439.204	6.059.993.581

Fonte: SAF / SEPLAN / STN

O Financiamento do PPA 2012-2015

Os valores projetados da Receita (**Tabela 31**) demonstram que a receita total cresce 36,59% na relação 2015/2012. Tomando como parâmetro a mesma relação temporal, as receitas correntes, as receitas de capital, a receita tributária e as transferências correntes apresentam taxas de 43,19%, -62,4%, 43,20% e 47,02%, respectivamente.

(Valores correntes, em R\$ 1,00)

Tabela 31 - Demonstrativo de Receitas				
Descrição	2012	2013	2014	2015
RECEITAS CORRENTES (1)	11.703.487.971	12.921.117.344	14.700.009.996	16.758.885.086
Receita Tributária	4.071.221.414	4.566.176.056	5.159.644.499	5.830.246.366
Receita de Contribuições	584.085.970	672.558.185	774.431.395	891.735.464
Receita Patrimonial	242.535.455	216.507.455	216.507.455	216.507.455
Receita Agropecuária	0	0	0	0
Receita Industrial	0	0	0	0
Receita de Serviços	419.725.507	444.909.037	471.603.579	499.899.794
Transferências Correntes	6.163.658.593	6.786.705.580	7.831.562.036	9.062.234.975
Outras Receitas Correntes	222.261.031	234.261.031	246.261.031	258.261.031
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE (3)	1.375.549.425	1.563.045.916	1.776.099.420	2.018.193.527
RECEITAS DE CAPITAL (2)	638.904.337	223.024.410	229.668.831	239.789.125
Operações de Crédito	359.409.645	150.000.000	150.000.000	150.000.000
Alienação de Bens	95.258.873	1.200.000	1.200.000	1.200.000
Amortização de Empréstimos	597.229	636.007	664.851	670.268
Transferências de Capital	183.638.590	71.188.403	77.803.980	87.918.857
TOTAL DA RECEITA (1+2)-3	10.966.842.883	11.581.095.838	13.153.579.407	14.980.480.684

Fonte: SAF / SEPLAN / STN

Variável de grande importância no desempenho das finanças públicas como um todo, valores da receita corrente líquida para o período do PPA denotam um cenário promissor, já que a relação DCL/RCL apresenta decréscimo considerável. Importante salientar que tal declínio já ocorrera no período anterior a este Plano. Para 2015, a previsão é que o resultado dessa relação seja de 0,35, ou seja, bem abaixo do limite prudencial definido pelo Senado Federal na Resolução nº 40/2001. A concretização deste

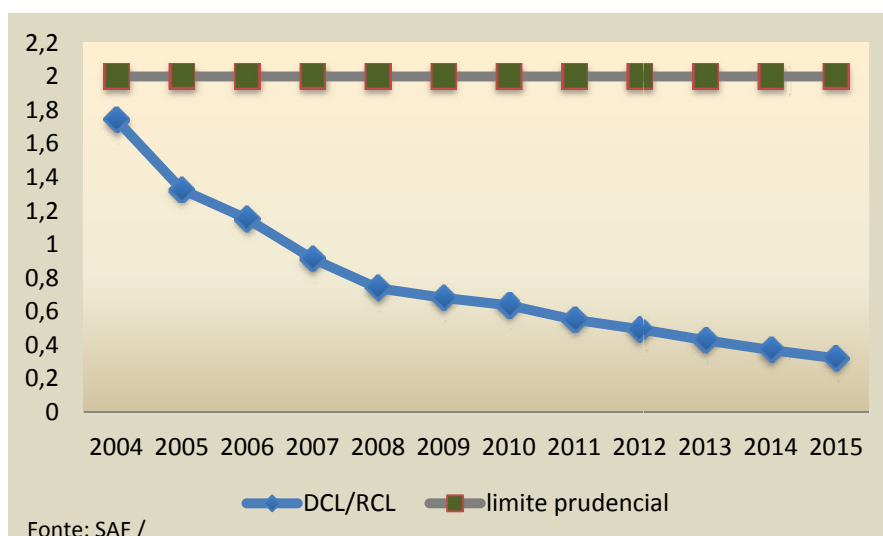
cenário significará queda no montante da Dívida Consolidada Líquida e incremento da Receita Corrente Líquida, como mostra a **Tabela 32**. Ademais, e ratificando o cenário promissor descrito acima, a mesma tabela exprime os valores da relação da Dívida Consolidada Líquida com a Receita Líquida Real (DCL/RLR) em queda.

(Valores correntes, em R\$ 1,00)

Tabela 32 – Receita Corrente Líquida, Dívida Consolidada Líquida e Receita Líquida Real				
Descrição	2012	2013	2014	2015
Dívida Consolidada Líquida	4.338.760.556	4.263.459.806	4.189.616.209	4.117.203.634
Receita Corrente Líquida	8.298.543.698	9.281.545.017	10.380.987.441	11.610.663.962
Receita Líquida Real	7.096.717.026	7.937.356.354	8.877.573.343	9.929.163.432
DCL/RCL	0,52	0,46	0,40	0,35
DCL/RLR	0,61	0,54	0,47	0,41

Fonte: SAF / SEPLAN / STN

Gráfico 13 – Relação dívida consolidada líquida e receita corrente líquida - Comparação com o limite prudencial (LRF)



As contas de despesa são de vital importância para a qualidade e solidez das finanças públicas. Se bem executadas, maximizam a alocação de recursos escassos. Tomando como base essa máxima econômica, o Estado do Maranhão, no âmbito do PPA 2012-2015, pretende aprimorar a execução das mesmas, de modo que não haja desperdício de recursos.

Assim como a taxa de crescimento da receita total, o total consolidado das despesas apresentou crescimento quase que similar – 33,42% - na relação 2015/2012 (**Tabela 33**). Quando da análise da participação percentual das contas de despesa no total consolidado

durante o período do PPA 2012-2015, o grupo de pessoal e encargos ganha destaque com o maior número, 42,45%. As despesas correntes e as despesas de capital registram, respectivamente, 79,14% e 19,37%.

Tabela 33 – Demonstrativo de Despesas					Valores correntes, em R\$ 1,00
Descrição	2012	2013	2014	2015	
Despesas correntes (I)	8.952.357.134	8.958.526.046	10.172.860.572	11.580.424.283	
Pessoal e Encargos	4.618.845.697	4.805.611.950	5.457.016.041	6.212.073.843	
Juros e Encargos da Dívida	605.080.058	611.652.955	694.562.945	790.665.864	
Outras Despesas Correntes	3.728.431.379	3.541.261.141	4.021.281.587	4.577.684.576	
Despesas de capital (II)	1.826.500.304	2.112.219.864	2.443.896.521	2.834.712.571	
Amortização da Dívida	301.141.351	319.374.298	327.405.654	335.638.976	
Inversões Financeiras	6.354.317	15.600.000	15.600.000	15.600.000	
Investimentos	1.519.004.636	1.777.245.566	2.100.890.867	2.483.473.595	
Total Consolidado das Despesas (I+II)	10.966.842.875	11.268.130.619	12.824.011.038	14.632.753.495	
Reserva de Contingência (1%) RCL	187.985.437	197.384.709	207.253.944	217.616.642	

Fonte: SAF / SEPLAN / STN

No contexto da dívida pública consolidada, os valores projetados para o período do PPA constatarem uma queda gradativa da mesma. Em relação às participações percentuais na composição total, verifica-se que, em 2015, a dívida pública é quase que integralmente composta de dívida interna, cerca de 98,5%, enquanto que a dívida externa alcança somente 1,5%. Os dados estão expostos na **Tabela 34** e mostram, além dos valores da dívida total, as projeções das dívidas interna e externa para todo o período do Plano.

(Valores correntes, em R\$ 1,00)

Tabela 34 – Dívida Pública Consolidada e Participação Percentual da Dívida Interna e Externa no Total					
(Valores correntes, em R\$ 1,00)					
Descrição	2012	2013	2014	2015	Participação Percentual
Dívida Interna	4.652.488.564	4.524.557.586	4.435.396.055	4.526.795.038	98,58
Dívida Externa	68.277.520	74.714.492	73.415.778	65.258.188	1,42
Total	4.720.766.084	4.599.272.079	4.508.811.833	4.592.053.226	100,00

Fonte: Ministério da Fazenda e STN

Equacionar os dispêndios públicos sem comprometer o endividamento nos seus limites legais com a satisfação das demandas da população, talvez seja o maior desafio de um governo. Dessa forma, trabalhar no sentido de reduzir a dívida torna-se o mesmo que priorizar os investimentos necessários para aprimorar o bem estar social. Seguindo a tendência do PPA 2012-2015, o Estado caminha para solucionar da melhor maneira essa equação.

4 – DIRETRIZES

O Plano Plurianual 2012-2015, respeitando o disposto no artigo 136, § 1º, da Constituição do Estado, apresenta as seguintes diretrizes:

Erradicar a Pobreza e Reduzir as Desigualdades Sociais

A noção de pobreza tratada no âmbito deste Plano está associada diretamente à insuficiência de renda, pois ela está assim definida dentro dos Objetivos do Milênio.

A Constituição Estadual estabelece em seu artigo 3º que “O Estado orientará sua atuação no sentido da regionalização de suas ações, visando o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais”. É com base neste princípio Constitucional e nos resultados dos estudos realizados pelo IPEA, sobre a pobreza do Maranhão, que será norteada a ação de governo para o combate à pobreza.

A principal fonte da pobreza no Maranhão guarda maior relação com a escassez agregada de recursos que com a má distribuição dos recursos existentes. Daí a necessidade de se desenvolver políticas que explorem as oportunidades existentes para a população pobre.

As políticas estruturais terão maior volume de recursos que as compensatórias. A atuação do governo nestas políticas será mais de reforço àquelas amplamente ofertadas pelo Governo Federal.

Considerando a importância mediadora da educação, no contexto da pobreza maranhense serão fortalecidas as ações de acesso à educação, acompanhando enfrentando os desequilíbrios no que diz respeito às regiões de planejamento, principalmente no que se refere ao recorte urbano/rural. Assim, é importante o acompanhamento regionalizado das metas, além de estratégias específicas para a população rural.

As políticas públicas serão direcionadas com objetivo de dar maior equilíbrio entre os investimentos no capital físico e capital humano, disponibilizando a tecnologia e a ciência para servir as às grandes massas marginalizadas, melhorar a produtividade e, finalmente, criar mercado para essa população.

Linhas estratégicas

- » Garantir o acesso à educação de qualidade, com foco prioritário no ensino médio e profissionalizante;
- » Integrar e articular as políticas, programas e ações de governo;

- » Promover a inclusão produtiva do trabalhador mediante a qualificação profissional e a assistência técnica para agricultores familiares;
- » Melhorar a renda do trabalhador;
- » Fortalecer a infraestrutura social de educação, saúde e de assistência social;
- » Promover a autonomia exigida e desenvolvida no mundo do trabalho, para as condições gerais de vida do indivíduo, de modo a desenvolver o homem em sua totalidade.

Erradicar o Analfabetismo

Os indicadores apontam para uma profunda desigualdade na oferta de oportunidades educacionais e para a concentração de população analfabeta ou insuficientemente escolarizada nos bolsões de pobreza existentes no Estado. O Maranhão possui cerca de 20% da população com mais de 15 anos analfabeta.

É necessário desenvolver capacidades e competências para enfrentar a transformação dessa realidade e modificar a concepção tradicional de educação de jovens e adultos, não mais restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade circunscrita. Os conceitos e metodologias para erradicação do analfabetismo a serem adotados pelo estado estão em consonância com as orientações do Plano Nacional de Educação.

A idéia é desenvolver o conceito de educação ao longo de toda a vida, que há de se iniciar com a alfabetização. Mas não basta ensinar a ler e a escrever. Para inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida, de fruição do tempo livre e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a educação de jovens e adultos deve compreender no mínimo, a oferta de uma formação equivalente às nove séries do ensino fundamental.

É indispensável a participação solidária de toda a comunidade, com o envolvimento das organizações da sociedade civil diretamente relacionadas à temática. É necessária, ainda, a produção de materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas, além da especialização do corpo docente.

A integração dos programas de educação de jovens e adultos com a educação profissional aumenta sua eficácia, tornando-os mais atrativos. É importante o apoio dos empregadores, no sentido de considerar a necessidade de formação permanente – o que pode dar-se de diversas formas: organização de jornadas de trabalho compatíveis com o horário escolar; concessão de licenças para frequência em cursos de atualização; implantação de cursos de formação de jovens e adultos no próprio local de trabalho.

Linhas estratégicas

- » Promover a reestruturação e criar, na Secretaria de Estado da Educação, setor próprio incumbido de promover a educação de jovens e adultos, motivando as secretarias municipais de educação a adotarem medida semelhante;
- » Incentivar programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela e habilitados para, no mínimo, o exercício do magistério nas séries iniciais do ensino fundamental, de forma a atender a demanda de órgãos públicos e privados envolvidos no esforço de erradicação do analfabetismo;
- » Mapear a população analfabeta, por bairro ou distrito das residências e/ou locais de trabalho da mesma, visando localizar e induzir a demanda e programar a oferta de educação de jovens e adultos para essa população;
- » Estimular as universidades e organizações não-governamentais a oferecer cursos dirigidos à terceira idade;
- » Articular as políticas de educação de jovens e adultos com as de proteção contra o desemprego e de geração de empregos.

Garantir a Qualidade do Ensino e Incentivar as Atividades de Esportes

A Educação tem sido foco de amplos debates nas diversas instâncias de poder do Estado e pela sociedade maranhense em geral. A justificativa para tanta preocupação pode ser explicada pela análise dos indicadores educacionais.

Este é um desafio que o Poder Executivo Estadual não resolverá de forma isolada, com a estrutura da sua rede educacional. Trata-se de um compromisso bastante ambicioso para um estado com graves déficits quantitativos e qualitativos em, praticamente, todos os níveis de ensino, e cuja população tem uma das maiores taxas de analfabetismo absoluto do país.

As ações do Governo do Estado passam pelo alinhamento com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação – PNE 2011-2020, num processo articulado entre as três esferas de governo, lembrando que a atuação dos municípios está mais relacionada à educação infantil e ao ensino fundamental; o Estado, ao ensino médio; e a União, à articulação de políticas.

O Plano Plurianual 2012-2015 busca assegurar que os compromissos do Estado do Maranhão sejam compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE. Para tanto, a programação da Secretaria de Estado da Educação se alinha ao Plano Nacional de Educação, de modo a viabilizar sua plena execução.

As ações planejadas são direcionadas para a aprendizagem dos alunos e garantem a qualidade da educação em suas etapas e modalidades. Nessa direção, potencializa o trabalho da escola, por meio de ações que promovam a valorização dos profissionais da educação e da melhoria dos indicadores de desempenho educacional do Maranhão.

A implantação de infraestrutura esportiva qualificada e adequada, conduzida a partir de um processo articulado no âmbito dos órgãos governamentais do Estado e em parceria com outras esferas de poder, objetiva incentivar o esporte como prática saudável e inclusiva, e oportuniza a consolidação do órgão gestor específico de esporte e lazer no Maranhão.

A educação física e o esporte escolar são reconhecidos como práticas privilegiadas para o exercício da cidadania, à medida que proporcionam uma formação qualificada pela emancipação do ser humano, que resulta na construção de uma identidade subjetiva do ser para o trabalho, para o lazer, para a criatividade e para a consciência de ser saudável.

Linhas estratégicas

- » Universalizar o atendimento escolar;
- » Melhorar a qualidade do ensino;
- » Viabilizar as condições de formação para o trabalho;
- » Estabelecer meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;
- » Valorizar os profissionais da educação;
- » Difundir os princípios da equidade, do respeito à diversidade e da gestão democrática na educação;
- » Universalizar, incluir socialmente e desenvolver os seres humanos pelo esporte;
- » Tratar o esporte como elemento promotor do desenvolvimento econômico e nacional;
- » Elevar o nível cultural esportivo da população;
- » Propor uma política estadual de valorização profissional para o esporte e lazer, que, de forma articulada, assegure melhores condições de trabalho, formação contínua e jornada de trabalho adequada.

Universalizar os Serviços da Saúde com Qualidade e Humanização no Atendimento

O Governo do Maranhão apresenta em seu Plano Plurianual 2012-2015, um pacto em torno de prioridades e resultados, para garantir a melhoria das condições de vida e, conseqüentemente, de saúde da população maranhense. Por este compromisso, o Governo reafirma os princípios do Sistema Único de Saúde - SUS inscritos na Constituição de 1988, além de reforçar o SUS enquanto política de Estado.

Entre as diretrizes operacionais da ação de saúde do Governo, destacam-se a descentralização, a regionalização, o financiamento, o planejamento, a programação pactuada integrada, a regulação da atenção à saúde, a participação e o controle social, a educação em saúde e o firme compromisso com a equidade dos investimentos.

O PPA 2012-2015 é o instrumento de orientação da política do setor, sendo sua operacionalização assegurada através da pactuação com técnicos da área, gestores, prestadores de serviço e importantes setores da sociedade. Trata-se de um documento em permanente construção, onde a dinâmica da situação de saúde impõe constante atualização das ações e metas.

Na perspectiva da sociedade, cabe ao Conselho Estadual de Saúde estabelecer mecanismos de acompanhamento do cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas para o período de vigência deste documento.

Linhas estratégicas

- » Efetivar a atenção básica como espaço prioritário de organização do SUS, usando estratégias para assegurar qualificação na assistência e no acompanhamento dos municípios;
- » Reorganizar a atenção especializada, visando garantir a integralidade da atenção, a estruturação da rede de atenção às urgências e o incremento do sistema estadual de transplantes;
- » Regionalizar a oferta de tecnologia de maior complexidade observando as necessidades locais e garantindo o acesso universal à sua utilização;
- » Qualificar e humanizar a atenção à saúde;
- » Expandir e efetivar a atenção básica;
- » Expandir e efetivar a atenção de média complexidade de saúde;
- » Reorganizar a atenção hospitalar e de alta complexidade;
- » Reorganizar a atenção e o atendimento de urgências e emergências;

- » Reduzir a morbimortalidade decorrente das doenças e agravos prevalentes, considerando a realidade, o perfil epidemiológico de cada região e os grupos populacionais mais expostos;
- » Promover a atenção à saúde de grupos populacionais mais vulneráveis mediante a adoção de medidas que contribuam para sua qualidade de vida;
- » Consolidar a vigilância em saúde no SUS;
- » Reforçar a vigilância e controle das zoonoses;
- » Prevenir e controlar a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis;
- » Fortalecer a capacidade de vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis e doenças e agravos não transmissíveis;
- » Prevenir e controlar doenças crônicas específicas;
- » Fortalecer ações de saúde, na avaliação e vigilância dos fatores de risco e das doenças.

Reestruturar o Sistema de Segurança Pública e Reduzir a Criminalidade

A solução para a complexa e desafiadora questão da segurança exige uma efetiva atuação do Governo do Estado, no sentido de promover o envolvimento dos diferentes órgãos governamentais, em todos os níveis de poder e diferentes instâncias de governo, bem como de entidades privadas e da sociedade civil.

Dentro deste contexto, a Secretaria de Estado de Segurança Pública, órgão coordenador do Sistema Estadual de Segurança Pública, vem desenvolvendo medidas que visam integrar e aperfeiçoar a atuação dos demais órgãos integrantes do sistema num enfoque de mútua colaboração.

Linhas estratégicas

- » Valorizar o profissional da segurança pública com o objetivo de favorecer a auto-estima, prevenir comportamentos inadequados e aumentar o nível de saúde física e mental dos profissionais desse segmento;
- » Aparelhar, descentralizar e modernizar as ações do Sistema Estadual de Segurança;
- » Executar projetos específicos que objetivam prioritariamente fortalecer as ações de controle e participação social e a implementação de ações do poder público, integradas com agentes da sociedade civil, de modo a promover a cidadania nas áreas de maior vulnerabilidade social.

Fomentar a Diversidade Artística e Preservar o Patrimônio Cultural

O ponto de partida para formulação da política cultural do Maranhão tem como sustentáculo a composição do universo cultural do Estado, em especial sua população, produção, atividades e dinâmicas culturais regionais e locais. Com esta perspectiva a Secretaria de Estado da Cultura estratificou a ação de governo em três dimensões.

A primeira preza pela promoção da inclusão social através do fazer cultural e, dessa forma, busca a concretização do potencial econômico da produção cultural maranhense, facilitando assim o alcance dos objetivos da política pública cultural e de desenvolvimento do Estado.

Outra dimensão estabelece o fortalecimento da identidade cultural maranhense, alcançado por meio da preservação e dinamização do patrimônio material e imaterial, garantindo a participação e o acesso da população aos bens e serviços culturais, promovendo o diálogo com a sociedade e democratizando as políticas públicas de cultura.

A última dimensão visa à consolidação da política de gestão cultural democrática e descentralizada. Nos últimos anos, os avanços na democratização, na descentralização e na diversidade da política cultural no Estado do Maranhão, permitem à Secretaria de Estado da Cultura prosseguir no sentido da consolidação do Sistema Estadual de Cultura, a partir dos sistemas municipais de cultura e dos subsistemas estaduais dos equipamentos culturais.

Linhas estratégicas

- » Promover encontros interdisciplinares que abordem as grandes temáticas da cultura;
- » Fomentar programas de arte e cultura que garantam geração de emprego e renda;
- » Promover e apoiar ações culturais sócio-educativas e inclusivas;
- » Realizar o mapeamento cultural do Estado do Maranhão.
- » Fomentar a produção, difusão e fruição das manifestações artístico-culturais;
- » Preservar o patrimônio cultural de natureza material e salvaguardar o patrimônio cultural de natureza imaterial;
- » Celebrar os 400 anos de São Luís;
- » Viabilizar a continuidade da realização de fóruns de cultura municipais e regionais;

- » Implementar a Lei Estadual de Incentivo à Cultura e o Fundo Estadual de Cultura;
- » Incentivar e apoiar as prefeituras e câmaras municipais na criação de sistemas municipais de cultura;
- » Implementar os subsistemas estaduais dos equipamentos culturais.

Assegurar o Acesso aos Serviços de Assistência Social e Igualdade de Direitos

De forma articulada e integrada com a Política Nacional de Assistência Social e com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social organiza suas ações em três linhas estratégicas.

A primeira trata da acessibilidade às políticas públicas e, nesse contexto, o Plano Plurianual 2012-2015 atribui atenção especial à população que vive em situações de vulnerabilidade, justamente por ser aquela que está distante dos direitos sociais fundamentais, as políticas, sobretudo, de educação, saúde e renda.

O distanciamento se agrava à medida que, historicamente, o foco das atenções dos programas de governo esteve concentrado no segmento capaz de dispensar a mão firme do estado para o alcance de seus objetivos. Faz-se mister reconhecer que mais da metade da população do estado não sabe como buscar serviços públicos essenciais, indispensáveis para superação de problemas pessoais e resolução de conflitos, que tornam amargas as relações sociais.

Nesse contexto, o Plano Plurianual 2012-2015 invoca a função alocativa do orçamento e estimula a atuação do poder público estadual como condição essencial para promover o acesso dessa população a bens e serviços que lhes são devidos como direito de cidadania.

Outro relevante eixo de atuação é a estruturação da rede de proteção social, que propiciará às famílias mais frágeis da população espaços de referência para atendimento de suas demandas.

A fragilidade das famílias se expressa também pela deficiente e insuficiente estrutura física dos equipamentos da rede de proteção social. O SUAS determina a implantação de unidades públicas estatais que façam interface com as demais políticas públicas articulando, coordenando e ofertando os serviços, programas, projetos e benefícios para as famílias conforme dispõe a Lei nº 12.435/2011.

Todo esse esforço somente será recompensado se forem asseguradas as condições básicas que contribuem para o aprimoramento e a viabilização dos serviços, projetos e benefícios da política de assistência social, fortalecendo-a no Estado do Maranhão.

Linhas estratégicas

- » Co-financiar benefícios eventuais;

- » Articular com as demais políticas públicas setoriais;
- » Estabelecer parcerias;
- » Co-financiar os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS;
- » Co-financiar os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS;
- » Construir, reformar e adquirir equipamentos;
- » Elaborar e implantar uma Política Estadual de Capacitação;
- » Realizar estudos e diagnósticos;
- » Implantar o Sistema de Monitoramento e Avaliação via WEB.

Universalizar o Acesso aos Serviços de Saneamento Básico

Os diagnósticos do setor de saneamento no Estado mostram que os maiores déficits de cobertura dos serviços de água e esgoto, bem como as maiores necessidades de investimentos, estão vocacionados para atender aos segmentos sociais de menor renda, significa dizer, a população com menor capacidade de pagamento.

Estes casos, em geral, conformam os serviços de menor rentabilidade como é o caso do esgotamento sanitário. Neste sentido as ações governamentais serão direcionadas, por um lado, para subsidiar investimentos que tenham foco preciso nos mais necessitados e, por outro lado, para expansão e melhoramento da qualidade dos serviços, contemplando ações de fortalecimento da estrutura regulatória do setor, promoção dos processos decisórios de maior transparência e consistência e estímulo a padrões de investimentos.

Linhas estratégicas

- » Fomentar e prover as ações dos poderes municipais para elaboração de seus Planos Municipais de Saneamento Básico, conforme Lei Federal nº 11.445/07, com assessoramento técnico da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, nos 143 municípios sob sua jurisdição, e da Secretaria Adjunta de Saneamento da Secretaria de Estado da Saúde, nos demais 74 municípios;
- » Prover meios para reestruturação organizacional da CAEMA, viabilizando seu desenvolvimento institucional e catalizando as ações para a estruturação organizacional das autarquias municipais;
- » Dotar o Estado de obras de infraestrutura referentes ao saneamento, obedecendo aos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Assegurar a Implantação dos Processos de Preservação e Conservação Ambiental

O Plano Plurianual para a área ambiental e de recursos hídricos se insere no contexto maranhense de demandas por políticas públicas em um cenário de grandes oportunidades, com investimentos vultosos em áreas estruturantes do setor energético, de transporte e agroindustrial.

Nesse cenário os recursos ambientais ocupam lugar estratégico como promotores de desenvolvimento, com destaque para os recursos minerais, terrestres ou marinhos, os recursos hídricos, florestais, do mar e pesqueiros. Assim, faz-se necessário desenvolver um conjunto de linhas programáticas que norteiem o planejamento da Secretaria Estado do Meio Ambiente – SEMA, órgão de política e gestão ambiental do Estado.

O **planejamento e a qualidade ambiental**, na perspectiva de planejar e executar ações articuladas e pautadas em informações qualificadas, são fundamentais para recuperação, manutenção e promoção da qualidade ambiental no Estado.

A **educação e gestão ambiental compartilhada**, buscando promover mudanças de valores e atitudes para o planejamento de ações sistêmicas e integradas nas várias esferas de governo, com a sociedade civil e a iniciativa privada, visa o fortalecimento da política socioambiental e dos mecanismos de governança.

A **conservação e preservação ambiental** para proteção, recuperação e uso sustentável dos recursos ambientais do Maranhão promove a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento autêntico.

O **controle ambiental** da operação de atividades e empreendimentos que, efetiva ou potencialmente, poluam ou causem impactos ambientais ao utilizarem os recursos ambientais limita os efeitos danosos dessas atividades econômicas sobre o meio ambiente.

E, por fim, para alcançar a **sustentabilidade econômica da gestão ambiental** busca-se a promoção e articulação do uso de fontes estáveis de financiamento, assegurando permanentemente, os recursos financeiros, materiais e humanos para a sustentabilidade da gestão ambiental estadual e maior eficácia da programação.

Linhas estratégicas

- » Incluir a questão ambiental na formulação e implementação das políticas públicas, de forma a assegurar e promover as condições para o desenvolvimento sustentável;
- » Adotar programas de recuperação ambiental de rios e mananciais;

- » Adotar políticas e estratégias de gestão de florestas e combate à desertificação;
- » Regulamentar a adoção de tecnologias limpas para os empreendimentos industriais;
- » Eliminar estímulos e incentivos a processos produtivos comprometedores da qualidade ambiental;
- » Estimular e incentivar os municípios no sentido da estruturação dos órgãos locais de meio ambiente;
- » Expandir e consolidar as ações de educação ambiental, em parceria com os municípios;
- » Definir áreas e desenvolver projetos para criação de novos parques botânicos;
- » Incentivar e apoiar a criação de Comitês de Bacias;
- » Implantar e consolidar unidades de conservação em ambientes terrestres e marinhos;
- » Incentivar a manutenção e a restauração de áreas de preservação;
- » Desenvolver e aperfeiçoar , em parceria com universidades e organizações não-governamentais, estudos e pesquisas sobre meio ambiente, biodiversidade e recursos naturais, com vistas à sua utilização racional e sustentável;
- » Elaborar, em parceria com os municípios, a Política Estadual de Resíduos Sólidos.
- » Incentivar a implantação de sistemas produtivos de baixa emissão de carbono com práticas sustentáveis como: integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), sistemas de plantio direto, recuperação de pastagens degradadas, fixação biológica de nitrogênio, dentre outros.

Promover a Qualificação Profissional Elevando a Produtividade do Trabalhador e sua Inserção no Mercado

Diante das oportunidades surgidas pelo novo contexto econômico, o Governo do Estado vem empreendendo esforços na captação e viabilização de novos investimentos capazes e gerar milhares de empregos, renda, divisas e trabalho para os maranhenses.

Nesse cenário, a leitura do Estado é que investimento e emprego devem caminhar lado a lado. Assim, a carência de mão de obra técnica e profissional qualificada, representa um dos principais desafios para o desenvolvimento econômico do Maranhão.

Os investimentos industriais e em serviços, que já começam a transformar o Estado, irão demandar, em um prazo relativamente curto, um contingente de recursos humanos qualificados. Assim, torna-se estratégico incentivar a formação da mão de obra necessária, sob pena de vermos estes recursos serem importados de outros estados e até do exterior.

A falta de mão de obra qualificada impõe uma série de desafios. De modo mais detalhado, as questões mais urgentes a serem superadas nos próximos anos são: disponibilidade de mão de obra técnica adequada, treinada e qualificada; dedicação de tempo de trabalho para formação; investimentos em programas de capacitação interna; recursos financeiros; e custos de formação.

Assim, a criação de programas específicos de qualificação profissional e de formação de técnicos e especialistas de alto nível, é fundamental para atrair o interesse de jovens maranhenses para o atendimento das necessidades identificadas nas áreas prioritárias, que guardem relação direta com os investimentos em curso no Estado.

No âmbito da atuação do Sistema de Desenvolvimento Agrário faz-se importante considerar a preparação do trabalhador rural, no que se refere à sua ação na produção agropecuária, gerando com isto uma melhoria na produtividade, a inserção dos mesmos no mercado e sua fixação no campo.

No segmento do turismo, criar mecanismos de valorização e qualificação da atividade turística voltados à comunidade e aos prestadores de serviços turísticos do Estado, difundindo informação, tecnologia e conhecimento científico.

Linhas estratégicas

- » Disponibilizar mão de obra técnica adequada, treinada e qualificada;
- » Expandir os centros de formação e capacitação profissional;
- » Ampliar os investimentos públicos;
- » Promover a dispersão territorial do mercado de trabalho;
- » Viabilizar a formulação de modelos que privilegiam a formação e a capacitação voltada para o atendimento das prioridades regionais;
- » Promover o aprimoramento das habilidades do jovem rural buscando um padrão sucessório para a agricultura familiar sustentável, visando à geração de emprego e renda;
- » Preparar mão de obra de acordo com exigência do mercado.

Desenvolver a Capacidade de Geração, Absorção, Difusão Científica, Tecnológica e de Inovação

O desenvolvimento socioeconômico de uma região é consequência direta do desenvolvimento científico e tecnológico promovido, entre outras, pelas instituições de pesquisa existentes. Essa dependência acentua-se ainda mais pelo fato das modernas economias terem como premissa básica a sustentabilidade dos seus recursos renováveis.

A falta de sistematização na produção do conhecimento científico e tecnológico vem dificultando o acesso da sociedade maranhense, em seus diversos segmentos econômicos, aos novos conhecimentos desenvolvidos. Para combater essa carência o Governo do Estado apoiará o desenvolvimento, sistematização e divulgação da produção científica e tecnológica.

A dinamização da articulação dos diversos atores da área de Ciência, Tecnologia e Inovação exige a atuação de um órgão coordenador estadual que promova a coordenação, o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência e tecnologia, ensino superior e desenvolvimento tecnológico.

O Estado do Maranhão ressentia-se da inexistência de um órgão central para planejar, coordenar e dirigir as ações governamentais voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico. Com a criação da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia - SECTEC, o Governo do Estado pretende suprimir essa lacuna em sua atuação.

Para a geração do conhecimento científico e tecnológico é preciso formação. Significativa parcela da população maranhense não possui formação de nível superior, dificultando a absorção dos conhecimentos científicos e tecnológico e interferindo, negativamente na qualidade do ensino ministrado nas escolas maranhenses.

Para minimizar esse efeito, o Governo do Estado promoverá a formação profissional da população maranhense visando garantir o seu acesso às oportunidades de emprego e renda advindos dos empreendimentos em implantação no Estado.

Os índices de desenvolvimento humano da sociedade brasileira estão abaixo do valor estabelecido pelos organismos internacionais e, no caso específico da realidade maranhense, a situação é mais grave, uma vez que, esses indicadores estão abaixo da média nacional. Acredita-se que a transformação dessa realidade implica principalmente na efetivação de uma política educacional voltada para a emancipação do ser humano, com vistas a sua participação ativa no desenvolvimento social, político e econômico do Estado.

Nesse contexto, inserem-se as universidades estaduais do Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e Universidade Virtual do Maranhão -

UNIVIMA, com o fim precípua de produzir, preservar e disseminar o conhecimento sistematizado, baseando suas ações na indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

Assim, a UNIVIMA e a UEMA concentram a função de adequar o ensino, desenvolvido através de cursos (regulares e sequenciais, do programa de qualificação de docentes nas modalidades presencial e a distância e cursos tecnólogos), às necessidades da realidade local, atualizando seus currículos, inovando suas metodologias de ensino e implantando novos cursos de acordo com a demanda de profissionais no Estado, ampliando, assim, seus esforços para que sua contribuição seja significativa.

Linhas estratégicas

- » Definir as linhas de pesquisa, de conformidade com a demanda do Estado;
- » Formar grupos de pesquisa em áreas prioritárias para o Estado;
- » Buscar parcerias no setor público e privado, através de recursos materiais, financeiros e tecnológicos;
- » Capacitar o corpo técnico e administrativos dos laboratórios de instituições de ensino e pesquisa;
- » Implementar uma política de incentivo à produção científica;
- » Promover e divulgar a produção científica em todos os meios de comunicação;
- » Incentivar a iniciação científica para discentes;
- » Articular e coordenar as atividades necessárias à sistematização dos programas da área de Ciência e Tecnologia;
- » Identificar a demanda regional por cursos de graduação e implantá-los;
- » Manter atualizados os projetos pedagógicos dos cursos existentes e elaborar os projetos pedagógicos dos cursos a serem implantados;
- » Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas, com vistas a vinculação da vivência teórico-prática;
- » Estabelecer parcerias com instituições com vistas a viabilizar o espaço físico necessário para a instalação dos novos cursos;
- » Adquirir livros e equipamentos para implantação e ampliação de bibliotecas e laboratórios;
- » Estabelecer mecanismos de avaliação com vistas a retro-alimentação do processo ensino-aprendizagem.

Promover a Dinamização da Economia e o Desenvolvimento Regional Aproveitando as Oportunidades e Potencialidades Locais

O sistema produtivo do Maranhão encontra-se fortemente ancorado em segmentos econômicos tradicionais.

O Estado vive um momento de grande expectativa por conta dos aportes de expressivos empreendimentos econômicos que vão alavancar o desenvolvimento estadual. Nesse sentido, é preciso a ação do Governo de modo a explorar as oportunidades, visando incorporar ao sistema produtivo o potencial estadual para formação de cadeias produtivas, que possibilitem a inclusão social de milhões de maranhenses.

Esse cenário exige políticas públicas que combinem as duas vertentes do desenvolvimento estadual numa visão de produção de bens e serviços com maior custo agregado e com elevado e avançado conteúdo tecnológico.

É importante promover a competitividade econômica regional e local visando modernizar a base produtiva instalada e fortalecer os centros dinâmicos nos seus diferentes setores a exemplo da agricultura familiar e turismo, entre outros.

Linhas estratégicas

- » Desenvolver as capacidades locais na geração, absorção, difusão de informação e conhecimento científico e tecnológico;
- » Promover a atração de investimentos visando à dinamização econômica e de infraestrutura (distrito industrial, turismo);
- » Induzir a alocação de investimentos privados, amparados nas vantagens competitivas;
- » Incentivar a implantação da agroindústria para a melhoria da qualidade dos produtos da agricultura familiar, com a geração de trabalho e renda nesse segmento agrícola;
- » Implementar sistemas de transição agrícola em áreas de assentamentos e comunidades tradicionais;
- » Desenvolver arranjos produtivos locais, como instrumento integrador da indústria local com os grandes projetos industriais que vêm sendo implantados no Maranhão;
- » Modernizar a base produtiva garantindo a geração de renda e empregos.

Dinamizar o Setor Agropecuário com a Expansão da Capacidade de Produção de Alimentos

A contribuição do setor agrícola no desempenho das atividades econômicas do Estado representa 22,2% no valor adicionado bruto do Estado a preço básico (2008), demonstrando um enorme significado no crescimento do Estado, dado seu potencial para alavancar o crescimento com inclusão social.

O problema mais urgente é a necessidade de maior expansão da produção de alimentos com simultâneos ganhos de produtividade. Nesse sentido a agricultura familiar desempenha um papel fundamental.

No que diz respeito às áreas da pesca e da aquicultura, o Maranhão tem um grande potencial com capacidade de elevar significativamente a sua produção desde que tenha planos de pesca e de aquicultura elaborados de forma a orientar a atração de investidores, que organize a produção, reduza o desperdício ao longo da cadeia produtiva e produza cadastramento de pescadores e aquiculturas e as informações do setor.

Linhas estratégicas

- » Promover a elevação da produção e da produtividade dos sistemas produtivos dos negócios da agricultura, pecuária, pesca e aquicultura;
- » Ampliar a atividade agropecuária irrigada (fruticultura, hortaliças, grãos e pastagens);
- » Implantar sistema de informações para investidores do agronegócio;
- » Erradicar a febre aftosa visando viabilizar a exportação da carne e derivados;
- » Promover a capacitação e a produtividade da mão de obra no meio rural;
- » Promover o associativismo e o cooperativismo;
- » Desenvolver sistema de informações agroeconômicas;
- » Fomentar e promover a agropecuária apoiando exposições e feiras agropecuárias;
- » Criar ambiência institucional através da reestruturação do Sistema SAGRIMA e fortalecimento das institucionalidades locais;
- » Fomentar a assistência técnica na aplicação de tecnologias produtivas;
- » Distribuir insumos básicos e implementos agrícolas necessários a produção agrícola;
- » Melhorar o processo de comercialização e produção familiar;
- » Disponibilizar crédito rural;

- » Disponibilizar áreas aos agricultores através da arrecadação, demarcação e titulação definitiva de terras, bem como implantar assentamentos agrários;
- » Fortalecer as micro e pequenas empresas.

Oferecer Infraestrutura, Logística e Transportes de Qualidade

Esta diretriz tem como propósito gerar externalidades positivas por meio da facilitação da circulação de pessoas, produtos e serviços, tanto dentro como fora do estado.

A melhoria dos indicadores econômicos e sociais depende das facilidades que o transporte rodoviário oferece. Para isso é necessária a recuperação, conservação e pavimentação de rodovias, da infraestrutura viária do Estado e dos acessos aos municípios.

Também são necessários mecanismos objetivando alternativas sustentáveis modais e intermodais de modo a desenvolver economicamente o Estado, reduzindo custos na distribuição de produtos agrícolas.

Proporcionar melhores condições de trabalho nos serviços públicos, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas para o público portador de deficiências, com oferta de novos e melhores prédios e logradouros públicos, bem como a implantação e pavimentação de vias urbanas.

Linhas estratégicas

- » Dotar o Estado de infraestrutura econômica em seus pólos mais dinâmicos, em particular no que se refere à oferta de energia elétrica, logística e transporte, financiamento da agricultura, portos e aeroportos;
- » Mitigar os gargalos da infraestrutura, logística e transporte;
- » Universalizar o acesso rodoviário às sedes municipais;
- » Adequar a infraestrutura da capital e entorno para atender às demandas criadas com a implantação dos grandes empreendimentos.

Modernizar a Gestão Pública

O desafio de modernizar a gestão se insere na agenda do Governo dada sua importância para que o Estado tenha condições efetivas de propiciar as respostas que a sociedade demanda.

Vale destacar, ainda, que a organização do Estado ou a administração pública, para cumprir o seu papel, deve ser eficiente e eficaz no fornecimento dos serviços

exigidos pelos cidadãos. Assim, quais são os principais problemas e quais as suas consequências para o funcionamento do Estado?

As respostas a esta pergunta são do tamanho do desafio que o governo terá para desenvolver políticas públicas para as funções básicas, incluindo planejamento, gestão de pessoas, modernização das estruturas organizacionais, novos modelos de gestão, implantação de mecanismos de coordenação e integração, intensificação do uso de tecnologia, em especial estabelecimento de sistemas de informação e modernas ferramentas de gestão.

Linhas estratégicas

- » Profissionalizar e capacitar continuamente a força de trabalho;
- » Criar e gerenciar carreiras específicas alinhadas às necessidades da administração e pensadas em uma perspectiva estratégica;
- » Utilizar da lógica de gestão por competências para melhor alocação e uso dos talentos individuais da força de trabalho;
- » Implementar sistemáticas de incentivo e responsabilização;
- » Simplificar os processos de trabalho, diminuindo o excesso de regras e controles;
- » Orientar a atuação do Estado para resultados e rever os mecanismos e instrumentos destinados a avaliar o desempenho institucional e a incentivar a boa gestão;
- » Redefinir os instrumentos do ciclo de gestão, propiciando melhor articulação entre planejamento e orçamento;
- » Revisar o modelo de gestão orçamentária de forma a orientá-lo para resultados, tornando-o menos rígido e mais descentralizado;
- » Intensificar o uso de ferramentas de apoio ao gerenciamento e à gestão do conhecimento, bem como estimular o mapeamento, disseminação e incorporação de boas práticas de gestão;
- » Revisar o marco legal de forma a propiciar as condições estruturais necessárias e adequadas para a implementação de mudanças de paradigmas na gestão pública estadual.